

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

FRANCIELI PILATI GERVASONI

**EDUCAR PARA COOPERAR: DESAFIOS DA PEDAGOGIA DA SOLIDARIEDADE
PARA A FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
JUNHO - 2015

FRANCIELI PILATI GERVASONI

**EDUCAR PARA COOPERAR: DESAFIOS DA PEDAGOGIA DA SOLIDARIEDADE
PARA A FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

Coorientador: Prof. Dr. Dirceu Basso

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

G386e	Gervasoni, Francieli Pilati Educar para cooperar: desafios da pedagogia da solidariedade para a formação do cooperativismo no Brasil / Francieli Pilati Gervasoni. - Marechal Cândido Rondon, 2015. 120 p. Orientador: Dr. Adilson Francelino Alves Coorientador: Dr. Dirceu Basso Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015. 1. Cooperativismo. I. Alves, Adilson Francelino. II. Basso, Dirceu. III. Título. CDD 22.ed. 334 CIP-NBR 12899
-------	---

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

FRANCIELI PILATI GERVASONI

**EDUCAR PARA COOPERAR: DESAFIOS DA PEDAGOGIA DA SOLIDARIEDADE
PARA A FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 26 de junho de 2015.



Prof. Dr. Adilson Francelino Alves - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo - Membro
Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof. Dr. André Paulo Castanha - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

À minha mãe Irene, pelo exemplo de força, dedicação e ternura.

A meu pai Ivo, que espiritualmente faz parte desta conquista.

AGRADECIMENTOS

Mais um sonho realizado.

E nesta trajetória inúmeros fatos e momentos foram importantes. Entretanto, muitas pessoas fizeram a diferença nisto tudo. Compartilharam comigo de momentos de alegria, medo, compreensão, parceria e muito companheirismo.

Por isso, agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar tamanha oportunidade! À minha mãe Irene pela compreensão, afeto e atenção que a mim dispensou neste período.

Ao meu pai Ivo. Tenho certeza da sua presença espiritual.

Aos meus irmãos Mariéli e Cristiano pelo fato de existirem em minha vida, trazendo com eles as minhas amadas sobrinhas Maria Eduarda, Cecília e Maitê, e ao Ivo Neto que chegará em breve!

Ao André, esta pessoa tão especial, que de forma compreensiva sempre ouvia *“que eu precisava escrever e melhorar minha dissertação”*...

Ao meu tio Paulo, que compreendeu a importância da concretização deste sonho.

Sou imensamente grata também a toda minha família, especialmente Nathalya e Carlos, que entenderam minha ausência mesmo que eu estivesse presente fisicamente.

Ao meu querido orientador Professor Dr. Adilson Francelino Alves, por acreditar em minha capacidade e por todo conhecimento socializado comigo. Dirijo a ele toda minha admiração, respeito e gratidão.

Ao meu Coorientador Prof. Dr. Dirceu Basso pela contribuição.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável campus Marechal Cândido Rondon/Pr, que muito contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

A todos os colegas de Mestrado, companheiros de tantas histórias, especialmente aos meus queridos AMIGOS Elisângela Bellandi Loss, Marcelo Meneghatti, Marcos Roberto Gregolin, Keitilanger Hahn, Leoni Wammes, Neimar Sornberger e Rita Ribeiro. Já dizia aquela frase: *“A gente não faz amigos, reconhece-os”*.

À Karoline Soares Ribeiro, colaboradora do INFOCOS, que gentilmente diagramou as imagens dos materiais pedagógicos.

A todos os dirigentes e cooperados (as) que se disponibilizaram a responder questionários e relatar em entrevistas toda sua experiência. Muito obrigada, de coração!

À Direção e colaboradores da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, pela contribuição na coleta de dados.

Ao Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS e toda sua Direção e equipe: Vanderley Ziger, José Carlos Vandresen, Rosane Zanco, Rosiane Dalacosta, Armando Henn, Lúiza Rodrigues, Mariele Bedin e Leonardo Freire, pelas entrevistas, materiais disponibilizados e conversas informais que muito contribuíram no resultado desta pesquisa.

Muito obrigada, mesmo!

Eu só queria parabenizar, né? Que a sua iniciativa, ela é importante para o conjunto do cooperativismo, a gente precisa de pessoas estudando, pesquisando, a gente sabe que isso tem uma carga de esforço pessoal muito grande, né? E a gente só tem a agradecer, e motivar, porque não há um modelo de desenvolvimento perfeito nem único, né? Nem linear, nem pronto, né? Mas que não tenha dúvida que sem cooperativismo não há desenvolvimento, né? (Am., cooperado e assentado – Sergipe/PE, 2014).

RESUMO

GERVASONI, Francieli Pilati. **Educar para Cooperar: desafios da pedagogia da solidariedade para a construção do cooperativismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Junho – 2015. Orientador: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves. Coorientador: Dirceu Basso.

O cooperativismo vem sendo identificado na literatura como uma importante opção no âmbito econômico, associado às políticas de desenvolvimento local e territorial. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o quadro atual das cooperativas no âmbito da formação, bem como as sugestões dos cooperados sobre a capacitação e a formação necessária para uma melhor gestão dos empreendimentos. Além disso, este estudo estabelece um diálogo entre dois importantes autores: Bruno Latour com sua teoria de Ator Rede e conhecimento híbrido, e Paulo Freire, com sua metodologia dialógica e empírica. Portanto, para que se constitua um processo de formação, é fundamental a integração de inúmeros atores e sujeitos. A partir disso, este estudo leva em consideração a constituição de uma rede, como forma de agregá-los no processo de construção da educação cooperativista. Esta Rede é composta pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Universidades e Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) através de seus programas de formação para dirigentes, colaboradores e cooperados, nas modalidades presenciais e à distância, sob a responsabilidade de seu Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). A metodologia utilizada baseou-se em entrevistas e questionários aplicados durante o Congresso Nacional da UNICAFES, realizado em Brasília/DF direcionados aos cooperados e dirigentes de cooperativas de vários estados brasileiros presentes. Com isso, visualiza-se a enorme importância da construção da educação e da formação de forma híbrida e mestiça, compreendendo que todo processo de formação e construção do conhecimento é composto por diferentes metodologias e percepções, constituindo-se assim numa hibridização de atores e sujeitos.

Palavras-chave: Cooperativismo. Rede. Formação.

ABSTRACT

GERVASONI, Francieli Pilati. **Educating to cooperate: solidarity pedagogy challenges for the cooperative construction in Brazil.** Master Thesis (Sustainable Rural Development). Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, June – 2015. Advisor: PhD Professor Adilson Francelino Alves. Co-Advisor: PhD Professor Dirceu Basso.

The cooperativeness has been identified in literature as an important option in the economic field, associated with local and territorial development policies. Therefore, this research aims to analyze the current situation of cooperatives in the training field as well as the suggestions of the cooperative members on the formation and necessary training for a better business management. In addition, this study establishes a dialogue between the two main authors: Bruno Latour with his theory of Actor Network and hybrid knowledge, and Paulo Freire, with his dialogic and empirical methodology. Thus, for constituting a formation process, it is essential to integrate numerous actors and individuals. From this, this study takes into consideration the establishment of a network as a way to aggregate them in the construction process of cooperative education. This network is made up by the *União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária* (UNICAFES), Universities and the *Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária* (CRESOL) through its training programs for managers, employees and members, in attendance and distance modes under the responsibility of its Training Institute of Solidarity Cooperative (INFOCOS). The used methodology was based on interviews and questionnaires applied during the UNICAFES National Congress in Brasília / DF, which was directed to the cooperative members and leaders of several Brazilian state cooperatives attending the event. Thus, the enormous importance of building the education and training by a hybrid and mixed form is observed, understanding that every knowledge training and building process consists of different methodologies and perceptions, thus becoming a hybridization of actors and individuals.

Keywords: Cooperativeness. Network. Formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Pioneiros de Rochdale	45
Figura 02 – Símbolo do cooperativismo	47
Figura 03 – Colônia Tereza Cristina	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Contexto das leis e decretos relacionados ao cooperativismo no Brasil	50
Quadro 02 - Sexo dos cooperados (as) e dirigentes	84
Quadro 03 - Idade dos cooperados (as) e dirigentes entrevistados	85
Quadro 04 - Que função você exerce na cooperativa?	86
Quadro 05 - Escolaridade dos dirigentes e cooperados entrevistados no evento	86
Quadro 06 - Ramos de cooperativas entrevistadas no Congresso Nacional da UNICAFES	87
Quadro 07 - Principais problemas relacionados à gestão nas cooperativas	88
Quadro 08 - Principais problemas relacionados à gestão especificados por escolaridade dos entrevistados	91
Quadro 09 - Como você considera a participação das mulheres nas cooperativas?	94
Quadro 10 - Como você considera a participação dos jovens nas cooperativas?	95
Quadro 11 - Em quais temas para formação você tem interesse?	95
Quadro 12 - Em sua opinião, quem deveria fornecer essa formação?	98
Quadro 13 - Qual modalidade você prefere?	100

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Materiais de formação para dirigentes e novos colaboradores	74
Imagem 02 - Materiais do Programa Cresol Comunidade	75
Imagem 03 - Cartilhas do Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e apostilas do curso de Iniciação Profissional em Gestão em Desenvolvimento com ênfase em cooperativismo	75
Imagem 04 - Livros produzidos nas duas Pós-Graduações que surgiram da parceria entre INFOCOS e Universidades	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CENATER	Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural
CNCOOP	Confederação Nacional das Cooperativas
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
COOPAFI	Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada
COORLAF	Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CSO	Centre de Sociologie des Organisations
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EaD	Educação à distância
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAEP	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil
INCO	Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina
INFOCOS	Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério da Cultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MPA	Ministério de Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Educação à distância da UNICENTRO
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PROSOL	Programa de Formação Continuada do Sistema CRESOL
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SDC	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SEAB	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETI	Secretaria de Educação e Tecnologia do Estado do Paraná
SESCOOP	Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SISCLAF	Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária
SISCOOPLAF	Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná
TAR	Teoria Ator Rede
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNICAFES	União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. CAPÍTULO I – A formação sob a perspectiva de Bruno Latour e Paulo Freire.....	24
1.1. Teoria Ator Rede (TAR) de Bruno Latour.....	26
1.1.1. O conceito de simetria.....	28
1.1.2. O conceito de tradução.....	29
1.2. A pedagogia libertadora de Paulo Freire.....	34
1.2.1. A leitura do mundo para Paulo Freire.....	38
1.2.2. Os atores e o diálogo entre Bruno Latour e Paulo Freire.....	40
2. CAPÍTULO II – História do cooperativismo e suas vertentes.....	43
2.1. Origem e definição de cooperativismo.....	44
2.2 Cooperativismo no Brasil.....	48
3. CAPÍTULO III – A constituição da rede.....	56
3.1. União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES.....	56
3.2. Universidades.....	59
3.3. Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL.....	62
3.4. Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS.....	66
3.4.1. Cresol Comunidade.....	67
3.4.2. Cooperativa Escola.....	71
4. CAPÍTULO IV – Um foco sobre os cooperados e dirigentes.....	82
5. CAPÍTULO V – Os híbridos em ação: a mestiçagem e o cooperativismo, uma tentativa de síntese para compreender os desafios da formação cooperativista.....	103

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa retrata a minha experiência de seis anos enquanto monitora e coordenadora da Casa Familiar Rural de Guaraniaçu/Pr, que através de sua metodologia diferenciada de educação, a Pedagogia da Alternância, tem proporcionado aos jovens e suas famílias uma maior compreensão e engajamento numa formação mais crítica e holística, e por que não dizer cooperativista, já que seus Temas Geradores levam esse enfoque para debate, a partir do momento que incluem uma metodologia dialógica de construção dos conteúdos, temáticas e plano de formação. Esta foi minha primeira experiência profissional após a conclusão da graduação em Economia Doméstica.

Foi neste período que me interessei, não só pela educação, mas pela formação, como uma forma de desenvolvimento humano, principalmente.

Após esse período, desenvolvi por um curto, mas proveitoso tempo – apenas seis meses, o trabalho de Assessora Técnica Territorial no Território Sudoeste Paranaense, e pude perceber a importância da educação, não apenas formal, no contexto do desenvolvimento local e territorial, através de uma abordagem diferente, mais humana, social e integral. Nesta função, além de acompanhar o Grupo Gestor, sua coordenação e todas as organizações da sociedade civil e governamentais, desempenhei a função de monitoramento de projetos, cujos recursos eram concedidos via Território. Dentre estes projetos, destacam-se aqueles para formação e capacitações e que, na análise dos envolvidos apresentam resultados mais satisfatórios afinal, apesar de não serem fisicamente visíveis como os recursos aplicados em infraestrutura, o investimento aplicado na formação contribui com o engrandecimento da disseminação do conhecimento, além de proporcionar o crescimento de todos os envolvidos.

Neste momento eu já estava no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável, pesquisando e buscando aprofundar-me no meu objeto de estudo.

O trabalho no Território possibilitou conhecer o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS). Nesta entidade, acompanho os mais diferentes programas de formação e capacitação dos dirigentes, colaboradores e cooperados do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

(CRESOL). Todos eles abordam temas, discussões e reflexões cooperativistas, além de formações mais específicas e operacionais, demandadas pelas cooperativas singulares.

O presente estudo fundamenta-se nas teorias de Paulo Freire e de Bruno Latour. Não há na literatura sociológico-pedagógica, nenhum trabalho que estabeleça um diálogo entre estes dois pensadores, e por isso o presente trabalho se colocará em uma perspectiva de entender e dialogar sobre os processos de hibridização entre economia e sociedade, autonomia dos sujeitos, cooperativismo e educação para o cooperativismo.

Meu primeiro “contato” com a obra do grande educador Paulo Freire iniciou na graduação, mais especificamente na disciplina de extensão rural. Sua obra *Extensão ou Comunicação?* subsidiou uma deliciosa leitura, mas principalmente uma percepção crítica acerca do trabalho de extensão, pensado de forma dialógica e holística.

Bruno Latour surgiu muito depois, já no mestrado. Sua inclusão na pesquisa veio através da sugestão de meu orientador Prof. Dr. Adilson, que o trouxe no intuito de compreensão da rede que envolve tal processo de formação, tão complexo e rico.

Torná-los próximos neste diálogo na pesquisa não foi tarefa fácil. Entretanto, trouxe riqueza e inovação ao estudo.

Diante disso, parte-se do pressuposto de que nada está pronto, tudo é construído pela ação dos sujeitos e de suas interações com o meio, com a técnica e com o conhecimento.

A metodologia utilizada leva em consideração que nenhum sujeito está isolado e desta forma entende que o processo de ensino destas organizações abrange o meio onde o sujeito vive suas relações sociais e familiares, e a realidade onde está inserido, afinal ele jamais para de educar-se.

Não haveria exercício ético democrático se a educação fosse neutra, se não houvesse ideologias, política, classes sociais, visões de mundo divergentes, correntes filosóficas e de pensamentos.

Para Paulo Freire (2001b, p. 21) o conhecimento é produto da capacidade de pensar e viver o mundo, de atribuir significados à realidade, é criação humana, gerado no esforço por entender e fazer a vida.

Por outro lado na obra *Jamais Fomos Modernos*, Bruno Latour (1994, p. 152) afirma que todo objeto é fruto de hibridização. Nada é novo, tudo chega a seu formato atual através de uma construção. Na prática, os “modernos”, no sentido de modernidade atribuída por Latour, não pararam de criar objetos híbridos, ou seja, objetos que pertencem à natureza e à cultura ao mesmo tempo. O social e o técnico são mantidos juntos, embora seja comum o que a recusa em aceitar a hibridização como fenômeno social, ela é um fato.

Nesse sentido, o espaço rural não foge à regra e a constituição de cooperativas dos mais variados ramos como comercialização, produção, crédito ou Assistência Técnica (ATER) constituem-se em nosso entendimento ricos espaços de confluência de diversos paradigmas atuais como: economia solidária, mercados, participação cidadã, produção e, obviamente o objeto dessa dissertação a educação e a formação para o cooperativismo.

No nosso entendimento, a educação cooperativista vai muito além da função de educar pessoas para relacionar-se num mercado cada vez mais competitivo e exigente. Ela tem papel fundamental no processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental. E é por isso que vem se firmando com o propósito de contribuir na promoção e intervenção dos dirigentes na gestão das cooperativas, de forma crítica, compartilhando valores e princípios, de modo que construa um projeto de formação integral.

Estes valores e princípios a que nos referimos tratam não apenas daqueles pontuados pela Aliança Cooperativista Internacional, mas vão muito além. Retratam conceitos intrínsecos de cooperação, de solidariedade, ajuda mútua, coletividade e parcerias.

Levando-se em consideração um dos princípios do cooperativismo, a educação, treinamento e informação, sentimos a necessidade de analisar a construção de uma educação cooperativa, e como se tem dado a contribuição de diversos atores organizados em rede para esse processo.

Do ponto de vista metodológico o estudo está subsidiado em pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com dirigentes, representantes de entidades e autoridades ligadas ao cooperativismo, além da aplicação de questionários fechados, compostos de 50 perguntas, com 77 (setenta e sete) cooperados (as) e dirigentes de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária presentes no IV Congresso Nacional da União Nacional das Cooperativas

de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), dos respondentes a pesquisa identificou os seguintes estados brasileiros: 02 pessoas de Minas Gerais, 01 do Espírito Santo, 01 do Rio de Janeiro, 01 do Amazonas, 01 de Rondônia, 03 do Rio Grande do Sul, 18 do Paraná, 07 de Santa Catarina, 01 da Bahia, 01 de Pernambuco, 02 de Goiás e 02 do Mato Grosso, além de outras 37 pessoas que não identificaram seus estados de origem. Não houve critério para escolha dos estados brasileiros, mas sim uma distribuição aleatória de questionários e entrevistas, não gerando desta forma uma escolha prévia que pudesse comprometer o estudo.

A maior presença no estudo de estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) deve-se ao fato de que essa eram as maiores delegações presentes no evento.

A aceitação de responder os questionários era um ato voluntário, de modo que dos delegados presentes 77 optaram por respondê-lo.

A realização dessa etapa da pesquisa ocorreu em Brasília entre 21 a 23 de maio de 2014 durante o IV Congresso Nacional da UNICAFES, que reuniu um público estimado em 180 pessoas.

Além desses questionários fechados foi transcrita neste estudo apenas uma entrevista com um cooperado e assentado de Sergipe/ como forma de subsidiar e fortalecer a discussão. Entretanto, várias outras entrevistas foram coletadas no decorrer do evento, proporcionando subsídios para a reflexão deste estudo.

Tal entrevistado preferiu não identificar-se, mas sua análise permitiu enriquecer este estudo a partir de sua percepção acerca da formação e do cooperativismo. Dentre todas as conversas durante o evento, tal fala transcrita aqui foi considerada como uma importante percepção acerca da formação, e por isso contemplado no estudo.

Este Congresso reuniu inúmeras autoridades e representantes do cooperativismo solidário, oriundos de praticamente todos os estados brasileiros.

O objetivo dos questionários aplicados durante este evento foi realizar uma análise do perfil dos dirigentes das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária filiada à UNICAFES, bem como, identificar onde se localizam as dificuldades e desafios por eles enfrentados na gestão das cooperativas.

Além disso, analisamos as necessidades e os anseios por uma formação que atenda as perspectivas dos associados, gestores e colaboradores, bem como levantar dados sobre quem poderia ser parceiro neste processo de formação.

Tais questionários foram compostos de perguntas fechadas, possibilitando algumas delas assinalar várias alternativas, principalmente no que se referia às formações e capacitações desejadas, bem como as dificuldades enfrentadas. A tabulação e cruzamento dos dados foram realizados com a utilização do Software de estatística SPSS.

As entrevistas e os questionários têm o intuito de conhecer práticas educativas desenvolvidas pelos atores que compõem a rede em questão, além de demonstrar perspectivas, anseios e realidades referentes à educação e formação que acontecem em determinadas regiões brasileiras. O objetivo é consolidar estas experiências de formação para a construção de uma educação para o cooperativismo. Os entrevistados tiveram sua identidade preservada e foram escolhidos de acordo com suas atuações nos mais diversos estados brasileiros.

No presente estudo esta Rede de atores responsáveis pela construção da formação cooperativista é composta por Universidades, pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e seu Instituto de Formação em Cooperativismo Solidário (INFOCOS), cujas capacitações acontecem através de diversos programas e ações.

É importante acrescentar que esta rede atua muitas vezes em direções distintas, porém sempre num processo de construção, definida por Moraes (2004, p. 323) como um plano de conexões heterogêneas a partir do qual emergem igualmente as ciências e as crenças, religiões, entre outros. Esta rede se caracteriza por estabelecer um campo de tensões heterogêneas. São marcadas por múltiplas conexões e múltiplas entradas. Ainda de acordo com o autor (p. 324): “Ela consolida a potência do empírico como solo de invenção da razão, da verdade, da sociedade, da natureza”.

Por isso, analisaremos a educação proposta pelos atores aqui representados. Estariam eles de fato alcançando seus objetivos, que é proporcionar uma formação baseada nos valores e princípios cooperativistas?

Neste sentido, procuraremos estabelecer conexões, que embora distintas, se complementam para a construção da formação cooperativista: a valorização do conhecimento já existente e que acontece na vivência, com as experiências e a contribuição dos atores envolvidos neste processo.

A partir daí, visualizaremos um conhecimento híbrido e mestiço¹, afinal ele não vem pronto. Está em constante construção e repleto de elementos que o fundamentam. Por isso, nada é novo nem moderno, mas sim, construído.

Num primeiro momento, este estudo abordará a metodologia utilizada na pesquisa: a Teoria Ator-Rede proposta por Bruno Latour, utilizando-se também de uma análise da pedagogia libertadora de Paulo Freire. Na sequência abordará sobre o diálogo entre as duas teorias e sua contribuição no processo de construção da formação cooperativista.

O Capítulo II fará um resgate histórico a respeito do cooperativismo, suas raízes, seus princípios, o surgimento do cooperativismo no Brasil, bem como os dois grupos que formam o cooperativismo no Brasil atualmente, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Economia Solidária.

No Capítulo III haverá uma explanação sobre a constituição da rede de atores no processo de construção da educação cooperativista. Os atores são representados pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), pelas Universidades, Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), através de seus programas de formação nas modalidades à distância e presencial.

No Capítulo IV apresentaremos a análise dos dados coletados durante o Congresso Nacional da UNICAFES, realizado em Brasília/DF em maio de 2014. Tais dados apresentarão demandas, desafios e perspectivas de cooperados e dirigentes de cooperativas filiadas à UNICAFES quanto à formação, capacitação e gestão dos empreendimentos.

No Capítulo V discutiremos sobre as contribuições referentes à ação dos híbridos: o conjunto de atores que com suas diferentes percepções e metodologias, proporcionam a construção de novos saberes. Na sequência, as considerações finais do estudo.

¹ O conceito de mestiçagem é atribuído a Serres, entretanto a pesquisa a utilizará no contexto de Bruno Latour, quando se refere à construção do conhecimento.

1. CAPÍTULO I – A formação sob a perspectiva de Bruno Latour e Paulo Freire

A educação ² e a formação³ podem contribuir para superar diversos desafios impostos por uma sociedade cada vez mais competitiva e por isso tem um papel muito importante para o fortalecimento do cooperativismo. A educação contribui com seus processos formais de capacitação em vários ambientes nos seus diversos níveis de graduação. É o princípio que pode nortear a ação de promover o cooperativismo como um dos elementos para a formação humana, e de acordo com Safanelli et al. (2011, p. 06) “ela não pode estar ausente, ou então deixará de ser cooperativismo”.

A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários. Entretanto, ela não se restringe a estes espaços. É neste contexto que a formação aparece. Ela vai muito além, afinal está estreitamente ligada ao meio socioeconômico de todos os sujeitos envolvidos.

A prática cooperativa como expressão das ações entre pessoas que se associam em razão de seus interesses ou necessidades é também um lugar privilegiado de processos de educação. As organizações cooperativas também se constituem em "espaços pedagógicos" de educação e, conseqüentemente, também de poder (FRANTZ, 2001, p. 249).

Portanto, é fundamental que tanto a educação formalmente descrita, e a formação, aqui abordada como um processo que leva em consideração todo meio onde os sujeitos estão inseridos estejam integradas, cada qual com suas contribuições, sejam elas formais, informais e metodológicas.

Quando se leva em consideração a metodologia, é imprescindível que ela esteja preocupada com todo contexto que envolve sujeitos e atores responsáveis pela educação e formação, sobretudo a cooperativista. Para isso, uma metodologia participativa aproveita-se das situações e vivências dos sujeitos para construir conceitos e compreensão de conteúdos e segundo Frantz (2001, p. 247), a educação não é um fenômeno neutro.

² A educação envolve aquilo que é comunitário, por isto não é exclusivo do professor nem da escola. O habitat da educação é a vida social (MEDRADO, 2010, p. 01). A educação nunca pode se completar por um único agente ou em um único espaço (p. 04).

³ A formação, nesta pesquisa, será fundamentada no conceito de formar sujeitos de forma integral, ou seja, baseada em valores e princípios que contemplem fatores sociais, e sobretudo humanos.

Qualquer que seja a forma de educação é de suma importância o papel dos educadores, atores, facilitadores e/ou mediadores neste processo. Eles construirão nos diálogos e ações para que a educação aconteça. É necessário acrescentar que o conhecimento não vem pronto, mas sim se constrói, através de suas características, agregando os saberes locais, com o conhecimento sistematizado, utilizando de uma metodologia baseada em Bruno Latour, quando o mesmo atribui o conhecimento como um híbrido constituído de diversas variáveis que unem o social e o técnico/natureza.

Paulo Freire contribuirá com o estudo através de sua concepção de educação libertadora e crítica, cujos conceitos fundamentam-se na importância do conhecimento empírico, além da metodologia dialógica e construída a partir da realidade e do contexto onde estão inseridos os sujeitos.

Desta forma, um dos grandes desafios desta pesquisa é estabelecer um diálogo, ainda inédito, entre esses dois autores, articulando e construindo uma análise que leve em consideração não apenas o conhecimento já existente como um fato inquestionável, mas, ao contrário observar como ele vai sendo construindo e consolidando à medida que os atores com sua participação, experiências, contradições, conflitos e questionamentos produzem novos saberes e instituições. A resultante desse processo é a construção de “novos saberes”, considerados como híbridos e mestiços, pois derivam da interação de diversas redes, metodologias, teorias e experiências empíricas dos sujeitos, bem como da interação entre objetos humanos e não humanos tais como as novas tecnologias.

Estes “novos saberes” são construídos a partir das universidades, com seus conhecimentos sistematizados e científicos, passando por experiências não formais aqui representado pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) que, vinculado a um Sistema de Cooperativas de Crédito, a CRESOL leva a formação a seus cooperados (agricultores (as) familiares) e colaboradores, cujo saber é acumulado pelas suas experiências em lutas e movimentos sociais em prol da agricultura familiar e economia solidária.

Não menos importante, aliam-se a esta rede, instrumentos e ferramentas tecnológicas que espalham rapidamente o conhecimento que vai se construindo – a tecnologia, a internet e a educação à distância, esta última cada vez mais presente na educação e na formação.

Portanto, a partir disso é possível visualizar diferentes metodologias, todas elas existentes na perspectiva de se construir o conhecimento que, aliado e mesmo em conflito se unem resultando num processo híbrido e mestiço dos saberes, ou seja, científico, mas que se fez assim partindo do pressuposto que todo saber já existe, oriundo da vivência e do cotidiano dos sujeitos.

Assim, a análise se dá no sentido de que não há hierarquização de saberes, ou seja, não existe algo melhor ou maior, mas sim saberes diferentes, que vão se atrelando através de diversos atores presentes no contexto.

Muitas vezes esse diálogo e essa construção do conhecimento não acontecem de forma pacífica, já que se trata de duas teorias com abordagens e metodologias diferentes. Além disso, os atores aqui descritos são caracterizados por diferentes visões de contexto, alguns deles de maneira formal, representados pelas Universidades, outros de maneira informal, representados pelas cooperativas, institutos e organizações.

Na sequência trataremos da Teoria Ator Rede, de modo a contextualizá-la na proposta metodológica desta pesquisa.

1.1. Teoria Ator Rede (TAR) de Bruno Latour

A TAR foi desenvolvida por Michel Callon, John Law e Bruno Latour além de outros pesquisadores a partir da década de 1980. Seu foco era desenvolver uma análise sobre a ciência e a tecnologia. Entender como a ciência é produzida e transmitida é uma tarefa essencial para a compreensão da sociedade.

Não é possível compreender a ciência e a tecnologia entendendo-a como já existente, porque ela é construída a partir de todo um contexto e aglomerado de atores e sujeitos, em suas diferentes percepções, realidades e metodologias.

Bruno Latour nasceu na França. Foi professor do *Centre de Sociologie de l'Innovation da École Nationale Supérieure des Mines* de Paris (1982-2006) e também professor do *Sciences Po* e Diretor de pesquisa do *Centre de Sociologie des Organisations (CSO)*.

Formado em Filosofia trabalhou com pesquisas na África. A partir daí, interessou-se pela Antropologia, direcionando seu trabalho para as categorias antropológicas e análise da ciência.

Bruno Latour muda-se para os Estados Unidos, onde desenvolve sua primeira pesquisa de campo sobre a atividade científica, e a partir disso seu primeiro livro: *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos* em 1979. Esta obra, juntamente com *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, de 1987, e *Jamais fomos modernos: um ensaio de uma antropologia simétrica*, de 1991 são as suas obras mais conhecidas no Brasil (ARAÚJO, 2009, p. 301-302).

A ciência enquanto uma construção social é influenciada tanto por aspectos internos da própria comunidade científica, como por aspectos externos da sociedade a qual pertence. Ao se aproximar desses aspectos em seu segundo livro, Bruno Latour propõe acompanhar os cientistas e engenheiros, enquanto estes constroem seus fatos e artefatos científicos. Trata-se de uma audaciosa posição de análise da ciência, demonstrando o quanto o contexto social e o conteúdo técnico são essenciais para o próprio entendimento da atividade científica, por enfatizar sua investigação no momento em que acontece, por meio de sua rede de atores (ARAÚJO, 2009, p. 302).

Além disso, diversas outras obras trouxeram suas contribuições e pesquisas referentes à Teoria que subsidiará esta pesquisa.

A TAR acarreta um olhar diferenciado sobre os objetos, e estes passam a ser considerados como contingentes de toda uma complexidade.

Law, citado por Lemos (2010, p. 16) define a TAR como uma abordagem sociológica no qual, atores humanos e não humanos agem em rede e constituem-se eles mesmos como rede, sendo que cada nó desta rede convoca esta série de atores. Os atores tomam forma como consequência de suas relações com os outros.

Moraes (2004, p. 322) define a rede como uma série heterogênea de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados.

Cavalcanti e Alcadipani (2013, p. 559-560) acrescentam ainda que para Law a ciência está relacionada a uma “engenharia do heterogêneo”, afinal partes do social, do técnico, do conceitual são “transladadas” em produtos científicos, que por sua vez também são heterogêneos, apesar de parecerem coesos. Outra importante contribuição de Law é a da ação à distância, tendo em vista que toda informação e a forma como ela é tratada: ela precisa seguir um modelo, com estabelecimento de uma rede de materiais que permita ao mesmo tempo, movimento e imutabilidade.

Assim, a Teoria Ator Rede (TAR) descrita por antropólogos, sociólogos e, engenheiros analisam a construção de redes sociotécnicas, identificando as várias

perspectivas dos atores, sem privilégio a alguma delas. (FREITAS, 2007, p. 50-51). Nela, o cientista passa a ser visto como alguém que negocia, produz interpretações do real que precisam ser estabilizadas. Por outro lado, a natureza deixa de ser imutável. Cabe aos cientistas, portanto, incluir atores humanos e não humanos, aumentando desta forma a capacidade de fortalecimento da rede (MACHADO e TEIXEIRA apud FREITAS, 2007, p. 52), na concepção, produção e difusão de conhecimentos, dando origem a definições tecnológicas obtidas no processo de solução de controvérsias (LEAL e VARGAS, 2011, p. 241).

Moraes (2004, p. 324) acrescenta que a rede consolida a potência do empírico como solo de invenção da razão, da verdade, da sociedade, da natureza. O conhecimento é um produto social, que interage tanto com o social quanto com os objetos técnicos, ou seja, a interação entre humano e não humano, sendo, portanto o produto final de muito trabalho. Isto leva-nos a compreender que o conhecimento também se aplica a várias outras instituições e organizações (MAIA e SERAFIM, 2011, p. 129).

Latour (1994), em sua obra *Jamais Fomos Modernos*, propõe e defende a igualdade (simetria generalizada) de importância entre os humanos e não humanos, afinal os humanos interagem constantemente com os objetos, e estes moldam os humanos em suas formas de agir e de relação com o mundo, de forma heterogênea, explicitando associações entre conhecimento e sociedade, objeto e sujeito (ARAÚJO e VALENTE, 2014, p. 199-200).

É neste contexto que a educação e a formação cooperativista se inserem na rede, sendo ela formada por atores, objetos, instituições, organizações, mas também metodologias de aprendizagem, incluindo as ferramentas da educação à distância, a hibridização de saberes, de atores que agem em diferentes contextos, com públicos variados, e muitas vezes em situações conflituosas.

1.1.1. O Conceito de Simetria

A simetria é um dos mais importantes princípios da TAR. Ela pressupõe que não existem humanos dissociados de não humanos. Poderíamos citar como fatores não humanos todos os recursos materiais utilizados para a construção da educação, um exemplo disso são os computadores e a tecnologia representada pela internet e meios de comunicação, contribuindo inclusive com a educação à distância, as

normas para a efetivação de cursos, os acordos e contratos, além dos prédios, livros, cadernos entre outros.

Eles participam em conjunto da rede heterogênea, não podendo ser separados em qualquer situação empírica. Na verdade eles se misturam cada vez mais formando diferentes híbridos, e por isso não é possível demarcar fronteiras (TURETA e ALCADIPANI, 2009, p. 651). O princípio da simetria é uma ferramenta utilizada para entender o papel dos atores na rede rompendo a ideia de hierarquia clássica, bem como com os conceitos tradicionais da sociologia.

Hernández (2003, p. 03) em seu estudo afirma que, segundo Callon, a construção de um quadro comum para interpretar o caráter incerto da natureza e da sociedade. Não se trata unicamente da mesma maneira a verdade e o erro, e sim igualmente a sociedade e a natureza, os humanos e não humanos. Callon e Latour elaboraram uma metodologia capaz de apreender simultaneamente as construções sociais das ciências e da sociologia.

As coisas não são exclusivamente natureza, elas estão socializadas, e os coletivos sociais não são exclusivamente sociedade, estas estão saturadas de coisas sem as quais não podem sobreviver (HERNÁNDEZ, 2003, p. 10).

Portanto, a partir desta concepção de simetria é possível perceber a existência de uma rede composta por atores com concepções diferentes. Nesta pesquisa tratamos sobre a formação cooperativista e neste sentido, os atores aqui envolvidos com a educação (formal e não formal) a realizam de maneiras distintas, às vezes conflituosas. Não se pode desconsiderar o empírico, o conhecimento já existente, mas sim partir dele e construir um novo saber, com a ajuda de uma rede de atores no processo, afinal nada é novo, é sim mestiço e híbrido, composto por características sociais, ambientais, tecnológicas e muitas outras (elementos humanos e não humanos).

1.1.2. O conceito de Tradução

Criado por Callon, este conceito enfatiza a continuidade dos deslocamentos e transformações, fazendo com que os atores envolvidos na rede frequentem outros espaços, deslocando e ajustando os atores em novas realidades e papéis (ALVES, 2008, p. 61).

Los antropólogos aportan datos de epistemologías monistas, los historiadores reconstruyen la genealogía de la separación de las entidades ontológicas naturaleza y sociedad en la explicación del mundo, los estudios antropológicos de la ciencia que han inspirado a Latour evidencian que la práctica de los científicos es de naturaleza híbrida y, la filosofía de la traducción de Serres abogan por una interpenetración de las ciencias y las humanidades para sincronizar la práctica híbrida de producción material con las representaciones simbólicas, ahora escindidas. Esta interpretación podría tener como efecto una entrada de moral pacificadora (HERNÁNDEZ, 2003, p. 10).

Assim, fortalece-se a discussão acerca da teoria de Latour sobre o processo de construção híbrida, levando-se em consideração fatores humanos e não humanos, articulados numa rede, resultando num objeto mestiço e construído através de tais fatores.

Dessa forma, a Tradução expressa um processo contínuo ao longo do qual os atores se tentam interpretar os interesses dos outros, legitimando-se como porta-voz dos outros atores (LEAL e VARGAS, 2011, p. 245).

Os atores (individuais e coletivos, humanos e não humanos) trabalham constantemente para traduzir suas linguagens, seus problemas, suas identidades e seus interesses, e é através deste processo que o mundo se constrói e se desconstrói, se estabiliza e desestabiliza (HERNÁNDEZ, 2003, p. 05). Um ou mais dos atores é sempre responsável por esta conexão, estabelecendo e traduzindo a linguagem para outros espaços, interagindo e influenciando outros atores.

O processo de tradução constrói e desconstrói verdades, mundos, pontos de vistas e redes. Nesse sentido, as identidades e interesses dos atores são permanentemente desafiados e confrontados, num processo de estabilização e desestabilização (ALVES, 2008, p. 61).

Callon (1986) citado por Alves (2008, p.61-62) define os momentos de tradução em da seguinte forma:

- a) Problematização: quando o ator-mundo tenta se tornar indispensável aos outros atores na rede, entendendo que as soluções para determinados problemas, devem obrigatoriamente passar por ele;
- b) Atração de interesse (*interessement*): série de processos pelos quais o ator-mundo busca fechar outros atores em papéis predefinidos, dando concretude à rede;

- c) Matrícula ou Alistamento: conjunto de estratégias nas quais o ator-mundo busca definir e assegurar que os vários papéis atribuídos aos outros atores serão obedecidos;
- d) Mobilização: consiste na escolha de porta-vozes a serem deslocados ao ponto de passagem elencado na problematização.

A tradução se completa pela mobilização dos atores. A mobilização está relacionada com a representatividade dos atores envolvidos para falarem em nome dos demais integrantes da rede. Em síntese, se o processo de problematização teve como resultante uma interdefinição legitimada pela representatividade dos atores envolvidos e, assim, pelo reconhecimento do ponto de passagem obrigatório proposto, todo o sistema de alianças engendrado será representativo. Essa representatividade, no entanto, pode ser questionada a qualquer momento, o que pode ser evitado pelo processo de mobilização dos atores em torno da rede constituída (LEAL e VARGAS, 2011, p. 247).

Sendo este processo de tradução exitoso, obtém-se a rede. Muitas vezes, apesar do esforço em mantê-la conectada, ela é frágil, sendo, portanto a tradução um processo que pode apresentar falhas. “A ideia da rede, para a TAR, reside na dissolução da micro-macro escala, pois nenhuma rede é maior que outra, simplesmente é mais ampla ou mais intensamente conectada” (ALVES, 2008, p. 67). O autor reforça ainda (p. 67-68):

Para a TAR, a qualificação do indivíduo é problemática, pois, para essa teoria, é a rede que o representa que o qualifica. Ou seja, um ator é um ponto de intersecção conectado e mediado por múltiplos instrumentos (dos quais, quase sempre não tem domínio). Desse modo é possível, ao ator, conectar, dismantelar, associar-se a novas redes, cujos limites para tais possibilidades são apenas as necessidades estratégicas dos atores e de suas conexões com as redes, em suas múltiplas e heterogêneas interações. Desse modo, um fato situado em um ponto da rede pode levar ao rompimento, e/ou crises e/ou, a novos arranjos dentro da rede.

O conhecimento científico somente é gerado a partir de um ciclo de acumulações já existentes. É neste momento que, em nossa análise, as teorias de Bruno Latour e Paulo Freire se encontram: o conhecimento e os saberes empíricos já existentes *mestiçados* com o conhecimento científico, tornando-se um novo objeto, em constante processo de construção e contribuição dos diversos atores aqui apresentados, representados pelas Universidades, União das Cooperativas da

Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), cuja formação contempla seus cooperados, os agricultores e agricultoras familiares.

Pode-se analisar como representante neste processo de Tradução as Universidades, que, sendo importantes parceiras na construção do conhecimento e na formação, muitas vezes toma a frente como porta voz das demais entidades, propondo uma formação nem sempre tida como a que buscamos: a cooperativista. Essa análise leva em consideração que muitas vezes a educação universitária possui um processo “engessado⁴” e de difícil flexibilização de conteúdos, formando profissionais apenas para o mercado.

Dessa forma, como alternativa a este sistema tradicional de educação, o INFOCOS, além de questionar este processo, propõe uma Tradução desta realidade, ressignificando a própria educação e trazendo-a para um novo campo, a de considerar os saberes acumulados dos sujeitos.

É através de seus programas de formação e de suas grades de cursos, que o INFOCOS enfrenta por inúmeras vezes um grande desafio: ao mesmo tempo em que capacita seus cooperados, dirigentes e colaboradores, cria conteúdos que por alguns momentos são alvo de questionamentos por não traduzir o que seu público gostaria, incluindo necessidades mais específicas de determinadas funções dentro das cooperativas.

Alguns elementos ficaram representados na análise dos dados em capítulo específico, mostrando que a maior parte dos cooperados e dirigentes ainda prioriza a formação mais técnica. E é justamente aí o desafio do INFOCOS, agregar a estes conteúdos, a reflexão cooperativista, os valores e princípios solidários da educação, bem como sua preocupação social com cooperados de um Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) inserida numa realidade altamente competitiva e capitalista, cuja essência de criação fundamentou-se na inserção e acesso ao crédito rural a um público até então excluído – os agricultores e agricultoras familiares. Por isso, a criação do INFOCOS surge com o objetivo de construir formações para estes cooperados, preocupando-se socialmente com

⁴ Termo utilizado para criticar a imobilidade das instituições de ensino frente à demandas das entidades populares. O engessamento se dá por diversos mecanismos dentre eles, por questões burocráticas, curriculares e hierárquicas que regem o sistema de educação.

discussões em torno da realidade na qual estão inseridos, bem como atender demandas por capacitações que surge de suas cooperativas singulares.

É também através de parcerias com universidades, que o INFOCOS constrói formações, num diálogo para elaboração de grades curriculares para cursos inclusive de especialização e aperfeiçoamento que atendam as demandas do cooperativismo solidário.

Entretanto, esta relação apresenta alguns pontos conflituosos, afinal as instituições de ensino superior muitas vezes dispõem de conteúdos engessados, que não vem ao encontro do que se pretende para a formação cooperativista, e este é um grande desafio do processo. Porém, os professores têm autonomia para o trabalho em sala de aula, mesmo que ainda existam poucos profissionais com o perfil para a formação para o cooperativismo, sobretudo o solidário.

Além disso, há também divergências dentro da própria demanda oriunda das cooperativas frente à formação: a pouca relevância dada à reflexão cooperativista solidária, afinal a realidade onde os empreendimentos solidários estão inseridos também aponta e necessita de formação técnica e para o mercado, que atenda os desafios enfrentados pelos dirigentes e cooperados no dia a dia de trabalho na cooperativa. Para isso não é considerado necessário e relevante à reflexão e o debate acerca do cooperativismo, sobretudo solidário.

Neste sentido, a pesquisa busca integrar os atores na perspectiva da construção de uma formação baseada em princípios e valores cooperativistas, que levam em consideração a integralidade do conhecimento, a partir de aspectos humanos e mais solidários.

Os princípios e valores cooperativistas, formalizados institucionalmente vão muito além disso. Eles contemplam valores que consideram relações profissionais e pessoais humanizadoras e solidárias.

No processo de aprendizagem, a tradução se aplica no sentido de realizar passagens entre uma cadeia e/ou rede de mediadores. Para isso precisamos abandonar referências e aprender caminhos desconhecidos. Melo (2011, p. 181) acrescenta que o sujeito é modificado quando aprende e o mundo também não será mais o mesmo depois da aprendizagem.

Quando um indivíduo aprende, ele se deixa afetar e se torna cada vez mais diferenciado porque terá estabelecido mais e mais conexões, tornando-se mais interessante e enriquecido na relação com o seu entorno (uma rede de elementos variados e heterogêneos do qual ele também é parte) (Latour citado por Melo, 2011, p. 182).

Como se pode perceber, a rede apresentada nesta pesquisa é analisada sob uma perspectiva da construção de uma formação cooperativista e está composta por diversos atores, entretanto, elas atuam muitas vezes de forma distinta, separando-se em determinados momentos, tentando manter o mesmo foco. Neste sentido, é que os atores, no decorrer do processo, podem estar se integrando e fortalecendo a rede, e conseqüentemente a proposta de formação.

A partir da descrição dos conceitos da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour que utilizaremos nessa pesquisa, trabalharemos na sequência os elementos da metodologia proposta por Paulo Freire que serão acessados para a construção da análise da construção do conhecimento e da formação cooperativista.

1.2. A pedagogia libertadora de Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921 em Recife, Pernambuco, sendo alfabetizado por seus pais. Elaborou em 1958 os primeiros estudos de um novo método de alfabetização. As primeiras experiências do Método Paulo Freire começaram na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962. Paulo Freire foi preso, acusado de comunista, permanecendo dezesseis anos no exílio. Com isso, foi durante cinco anos consultor da Unesco no Chile no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária.

Em 1970, em Genebra, na Suíça trabalhou como consultor do Conselho Mundial de Igrejas, onde desenvolveu programas de alfabetização para a Tanzânia e Guiné-Bissau, e ajudou em campanhas no Peru e Nicarágua (FREIRE, 2001a, p. 262).

Em 1980, voltou ao Brasil, como professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e da Universidade de Campinas (UNICAMP). Uma das suas experiências relevantes foi ter atuado como secretário da Educação da Prefeitura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina (PT), entre 1989 e 1991. Paulo (FREIRE, 2001a, p. 261). Paulo Freire faleceu em 02 de maio de 1997 com 76 anos de idade.

O estudo da linguagem popular foi um dos pontos de partida da elaboração pedagógica de Paulo Freire, sendo que esta educação popular se originou a partir das lutas de movimentos e organizações sociais. Ele considera a historicidade dos seres humanos, sendo eles seres inacabados e inconclusos.

Na sua incompletude e na sua relação com o mundo e com outros seres, busca respostas às questões de seu contexto, constroem conhecimentos e, portanto, uma construção coletiva.

O seu trabalho baseava-se na compreensão da realidade de seus educandos, elaborando uma pedagogia comprometida com a melhoria das condições de vida dos oprimidos. Essa pedagogia não poderia ignorar a realidade em que seus educandos estavam inseridos, tampouco ignorar a leitura de mundo que eles faziam (ANTUNES, 2002, p. 59).

Era preciso, segundo Paulo Freire, construir um conhecimento autêntico (que partisse da realidade brasileira, que desse respostas aos problemas vividos pelo povo) e orgânico (em estreita relação com a realidade vivida, buscando transformá-la). Defendia a tese de uma educação que desenvolvesse a consciência crítica, que promovesse a mudança social. E não haveria mudança sem a compreensão crítica da realidade vivida, ou seja, sem a Leitura do Mundo (ANTUNES, 2002, p. 63).

A metodologia proposta por Paulo Freire aborda o método dialógico, cujo objetivo consiste em se libertar da opressão presente na sociedade. Para ele, não existe ação humana sem comunicação dialógica, sem que os sujeitos compartilhem experiências na transformação e autotransformação (BRITO et al., 2012, p. 322).

Oliveira et al. (2008, p. 150) enfatiza: “(...) é na experiência dialógica e dialética do processo educacional que são criados os alicerces para as próprias mudanças educacionais e uma transformação sociocultural”.

É o encontro que permite o diálogo entre os homens, o compartilhamento de uma vivência coletiva, a possibilidade de mútua afetação ético-afetivo-emocional entre os participantes que se põem conjuntamente a admirar o mundo em que vivem (p. 155).

O ser humano é um ser complexo e em sua evolução histórica está presente o conhecimento, embora às vezes seja fragmentado e não visível. Essas marcas podem ser identificadas inclusive no conhecimento científico e na educação (MIRANDA e BARROSO, 2004, p. 632).

Paulo Freire insere em seus questionamentos uma educação multicultural, ética, libertadora e transformadora. Propõe a humanização das relações e a libertação dos homens por meio de uma educação solidária, dialógica, defendendo a articulação do saber, conhecimento, vivência, comunidade, escola, meio ambiente, traduzindo-se num trabalho coletivo. Propõe ainda uma pedagogia fundamentada na práxis, inserida numa política de esperança, de luta revolucionária, de amor e de fé no ser humano (MIRANDA e BARROSO, 2004, p. 632).

A partir da Educação Libertadora, são fundamentais redefinições nas relações entre o saber acadêmico e o saber popular, entre o professor e o aluno, entre o papel de educador e o de educando, entre a ação e a reflexão, entre as diferenças e os contrastes dos participantes, entre os sujeitos cognoscentes e os objetos cognoscíveis (OLIVEIRA et al., 2008, p. 151).

Contextualizando com esta metodologia, podemos compará-la à teoria da mestiçagem, afinal este conhecimento, construído a partir de saberes já existentes, se completa com a entrada de outros atores no processo, gerando novos conhecimentos que são e se tornam híbridos e mestiços.

O conhecimento vai se construindo gradativamente, o ser humano por si só já tem uma bagagem cultural oriunda da comunidade, da família e do meio onde vive, portanto ao longo do tempo ele vai agregando novos saberes e consequentemente novos atores e sujeitos.

Freire (2001a, p. 260) enfatiza que numa posição crítica, não há a dicotomização do saber do senso comum daquele mais sistemático, mas que o ato de estudar implica sempre o ler, mas sobretudo ler o mundo.

Quando se trata de metodologia, a filosofia de Paulo Freire está baseada em seis ideias-força, descritas da seguinte forma:

- 1) Toda ação educativa deve levar em consideração o meio de vida do educando;
- 2) A educação deve levar o educando a uma reflexão, de modo a mudar sua realidade;
- 3) Integrando-se a seu contexto, o homem terá a capacidade de reflexão;
- 4) A partir desta integração, criará respostas;
- 5) À medida que cria e decide, as fases vão formando e se reformando;

- 6) O homem precisa se tornar sujeito, transformar o mundo, fazer cultura e história (MIRANDA e BARROSO, 2004, p. 633).

Algumas das temáticas que permeiam a reflexão freireana são o cotidiano e o saber da experiência feita como pilares da construção curricular, a mediação educador-educando e a consciência crítica (SCOCUGLIA, 2005, p. 81).

Scocuglia (2005, p. 82) acrescenta ainda que:

Os conteúdos programáticos, as metodologias utilizadas e os fundamentos epistemológicos que alicerçam construção curricular, entre outros, devem estar contextualizados e influenciados pela cultura e pelas experiências de vida dos atores educacionais que estão envolvidos nessa construção, a saber: educandos, educadores, gestores, pais, comunidade educativa (escolar ou não).

Outra grande contribuição de Freire é a sua concepção de currículo. Não se pode entender a pedagogia de Freire sem compreender os conceitos de transdisciplinaridade que visa a unidade do conhecimento, a transcurricularidade e interculturalidade, que propõe a formação e a integração social.

Portanto, é perceptível o contexto da integração de saberes, sendo possível considerar os atores desta pesquisa muito presentes em tal diálogo: o ensino formal-universidades, e o não formal – cooperativas, institutos e organizações sociais, agricultores(as) familiares, currículos, legislação, entre muitos outros.

Entende-se também que todos os envolvidos no processo educativo têm certo conhecimento sobre determinados assuntos, influenciados pela cultura, pela vivência, pelo cotidiano. Nesse sentido, os atores se inserem para construção de um conhecimento mais elaborado, e consequentemente híbrido, sendo que o ponto de partida é sempre o saber já existente, empírico e popular.

Uma tese antiga de Paulo Freire, conhecida como os “círculos de cultura” expressa as falas, os sonhos e anseios das camadas populares, e colocam isso como parte integrante do conhecimento sistemático e científico, elaborando um currículo que pertença a todos os envolvidos no processo educativo. Esse sentimento de pertencimento e aplicação coletiva torna-se um terreno fértil para a construção de uma formação de sucesso, no combate às repetências e também exclusão (SCOCUGLIA, 2005, p. 82). O autor ainda acrescenta que “o conhecimento e o currículo não pertencem aos dirigentes escolares, mas devem pertencer aos

educandos, pois estes devem ser chamados a construí-lo e a problematizá-lo” (p. 83).

Portanto, Gadotti (1997) finaliza reforçando que, para Paulo Freire o conhecimento é integrador e interativo. Ele não vem pronto ou socializado. Na busca do conhecimento, Paulo Freire aproxima o estético, o epistemológico e o social, de forma a reinventar os saberes. Ensinar não pode ser um processo de transferência do educador para o aprendiz. O estudo crítico corresponde a um ensino igualmente crítico que realiza a leitura do contexto, de mundo, da sociedade.

Ele defende uma nova modernidade cuja racionalidade deve estar repleta de afetividade. Ele realça a importância da dimensão cultural nos processos de transformação social.

1.2.1 A Leitura do Mundo para Paulo Freire

A Leitura do Mundo para Paulo Freire diz respeito à busca pela compreensão do contexto em que os sujeitos estão inseridos, o uso de instrumentos corretos para essa leitura, seus limites para a prática (ANTUNES, 2002, p. 92). Esta leitura deve ser uma construção coletiva, feita com a multiplicidade das visões daqueles que o vivem, os sujeitos e dos atores.

Para que este processo aconteça, é necessário o diálogo, e isto não exclui o conflito, seja de interesses, de visões e/ou de metodologias destes atores e sujeitos.

Em sua práxis, ele (Paulo Freire) buscava, com clareza, o diálogo entre a dimensão individual e social. Ele vivia a tensão dialética entre a consciência psicológica individual e a consciência social, entre a subjetividade e a objetividade. “A prática de pensar a prática”, ou seja, a leitura do meu estar sendo no mundo, o sentido do que venho fazendo, é mais do que uma abordagem acadêmica, é vivência de sua própria teoria do conhecimento (ANTUNES, 2002, p. 91).

Esta concepção compreende muito mais do que a leitura escolar, formal. Ela leva em consideração todos os fatores que nos levem a compreender o contexto, e para isso não se deve ignorar a contribuição que cada um dos atores pode proporcionar seja em sua metodologia, ou sua leitura e compreensão do mundo, e neste caso, na busca pela construção do conhecimento e da formação cooperativista.

Sendo cada um dos atores e sujeitos ricos em contribuições é imprescindível que nos apropriemos destas experiências na perspectiva de construir um novo saber, baseado no que já existe, no que é popular, passando pelo conhecimento mais sistematizado, científico representado pelas Universidades, importantes parceiras neste processo, incluindo institutos de formação, movimentos e organizações sociais, aqui representados por entidades ligadas à agricultura familiar e ao cooperativismo solidário – a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e seu Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS).

Todas estas experiências apresentam importantes leituras do mundo, de contexto. Tem como público agricultores familiares bem como acadêmicos e educadores que se dedicam a contribuir através de projetos de extensão e pesquisas. Mas, mesmo que apresentem suas contribuições, os mesmos possuem metodologias que se diferenciam e compreensões que muitas vezes podem entrar em conflito.

Como exemplo podemos citar o embate que pode acontecer entre as Universidades e seus currículos, nos mais diversos cursos de graduação e/ou pós-graduações, que, muitas vezes, ainda não estão adequados à formação de profissionais suficientemente aptos a contribuir nesta formação cooperativista, solidária, dialógica, baseada em valores e princípios.

Seus currículos por vezes são fechados e inflexíveis, conflitando com o restante da rede, que propõe e trabalha numa perspectiva e numa metodologia diferenciada.

Portanto, para que se chegue na concretização deste projeto é necessário um diálogo e uma interação entre eles, e para isso, tentaremos estabelecer um diálogo entre Bruno Latour, com sua contribuição através do conhecimento que se constrói levando em consideração fatores humanos e não humanos, num processo de hibridização e Paulo Freire, que contribui através de seu método dialógico e que considera o saber já existente como fator principal e inicial, sendo construído e fortalecido no decorrer do processo, para que gere novos saberes.

Na sequência apresentamos uma exposição deste diálogo entre os autores e suas teorias.

1.2.2. Os atores e o diálogo entre Bruno Latour e Paulo Freire

Este tópico objetiva compreender o processo de formação como algo que integre os saberes já existentes (sociais, culturais, entre outros) e o meio onde os sujeitos vivem com a perspectiva da ideia do conhecimento como um objeto híbrido, mestiço, fruto de um conjunto de materiais animados e inanimados, humanos e não humanos, resultando num novo conhecimento.

Paulo Freire agrega sua metodologia fundamentada no diálogo e na troca de conhecimentos, na valorização da cultura local e de toda sua história. Cada sujeito e/ou ator tem papel fundamental no processo de aprendizagem, já que carrega consigo saberes e culturas, sendo possível, necessário e fundamental que isso se leve em consideração na construção do conhecimento. E com isso, agregam-se outros fatores no seu percurso, como novos atores, aqui representados pelas organizações, movimentos sociais e instituições que levam em consideração os saberes acumulados para a construção dos conteúdos, exemplificados na pesquisa pela CRESOL/INFOCOS e UNICAFES.

Estas instituições e organizações, vinculadas às cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, trabalham com a formação a partir de demandas oriundas de seu público: gestão de empreendimentos solidários numa sociedade cada vez mais competitiva e capitalista, juventude, principalmente a rural, gênero, entre várias outras temáticas estratégicas ao debate cooperativista.

Entretanto, ele vai agregando em seu percurso parcerias importantes, que contribuem através do conhecimento sistematizado, com as capacitações. Estas formações são enriquecidas através de trabalhos de extensão e pesquisas realizadas principalmente pelas universidades.

Na construção deste conhecimento também é possível observar a hibridização, um conjunto de diversos fatores humanos e não humanos, que conforme a teoria de Bruno Latour é resultado de um processo que foi se consolidando, se caracterizando. Para ele, nada é novo, nem moderno, mas sim fruto de uma construção. Ou seja, o conhecimento que existe nas experiências e vivências é construído no dia a dia, é mestiço de acordo com Serres, agregando novos atores, conflitos e conhecimentos em seu percurso. Aqui se exemplifica todos os atores envolvidos, cada um deles com sua educação e sua metodologia, mesmo que diferenciadas, atreladas a uma rede.

Por isso, nas obras e teorias de Bruno Latour busco subsídios para compreensão deste diálogo.

A educação não está e nem vem pronta, mas sim se encontra em constante construção e movimento, incluindo conflitos em seu trajeto. Estes conflitos referem-se às dificuldades e diferenças de percepções na metodologia da construção do conhecimento, bem como os conteúdos curriculares muitas vezes inflexíveis. Os atores e sujeitos aqui envolvidos possuem metodologias e por vezes, interesses diferentes.

Alguns partem do pressuposto do conhecimento popular e empírico – como as organizações, entidades e movimentos sociais, já outros como as Universidades, partem do conhecimento mais sistematizado como ponto inicial do conhecimento. Entretanto, embora a parceria com instituições de ensino superior seja essencial no processo da construção do conhecimento, deve-se levar em consideração a formação curricular tecnicista da maioria delas.

Compreendemos que a educação que buscamos, sonhamos e tentamos construir passa por diversos atores, estejam eles em conflito, ou não. Tais conflitos podem ser interpretados como a forma de percepção, de metodologias e de conteúdos.

A educação informal que está representada pelas organizações e movimentos sociais busca incansavelmente formar, e não apenas informar ou educar. Isso compreende um processo integral de conceitos baseados na solidariedade, na vivência e em princípios de cooperação.

Entretanto, esbarra-se em conteúdos prontos, legislações e diretrizes impostas, bem como alguns profissionais ainda não capacitados para tal formação. O “sistema” exige técnicas, e estas já vêm prontas, não considerando o local, a cultura, o meio e tampouco o conhecimento acumulado dos sujeitos.

O ideal que se busca é integrar todo aparato científico construído em materiais e metodologias integradas aos saberes empíricos, protagonizando uma rede sociotécnicas, envolvendo vários atores, que devem interagir constantemente.

Os atores e sujeitos distintos integram-se no desejo de construção desta educação para o cooperativismo, tanto num processo de educação formal quanto informal, utilizando-se de uma metodologia que considera a vivência e a reprodução do conhecido a partir da problematização do cotidiano, com conteúdos que levam em consideração as necessidades, as carências, os desafios e ações a serem

realizadas, segundo Gohn (2006, p. 31), com a consciência de ação em grupos coletivos, contribuição de um sentimento de identidade com uma determinada comunidade a partir de sua própria prática, lendo e interpretando o mundo que os cerca (p. 30-31).

Desta forma, e a partir do estudo e da conexão dos atores desta Rede será possível analisar se a educação para o cooperativismo tem se concretizado a partir destas experiências. Segundo Melo (2011, p. 180) “A aprendizagem, como uma incorporação de saberes e fazeres, só faz sentido se a pessoa dispõe dela para operar efeitos sobre si e sobre o mundo”.

Sendo esta a pergunta que norteia a pesquisa: o que se produz enquanto educação nas experiências dos atores aqui representados está de fato alcançando o seu objetivo, que é proporcionar uma formação baseada nos valores e princípios a cooperativistas?

Para que possamos compreender o objetivo desta pesquisa, é necessária uma reflexão sobre o histórico do cooperativismo no mundo e no Brasil, trabalhados no Capítulo II.

2. CAPÍTULO II – História do cooperativismo e suas vertentes

Este capítulo tem por objetivo abordar a história do cooperativismo e a importância dos Pioneiros de Rochdale na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, fundamentando-se nos princípios e valores cooperativistas por eles criados. Além disso, fará uma contextualização a respeito do surgimento do cooperativismo no Brasil, mais especificamente seu início na Colônia Tereza Cristina, no município de Cândido de Abreu, interior do Paraná.

Num terceiro momento apresentará as vertentes do cooperativismo, através da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e os fundamentos do cooperativismo solidário, representados pelos empreendimentos de economia solidária.

Essa abordagem e este início se constituem de fundamental importância para a compreensão da representatividade do cooperativismo, seus avanços e seus desafios numa sociedade cada vez mais competitiva.

Desta forma, será possível compreender que, através de seus valores e princípios, a formação para o cooperativismo pode sim ser concretizada, desde que todos os envolvidos tenham a clareza de seu real significado.

2.1 Origem e definição de Cooperativismo

A cooperação antecede o cooperativismo. Desde os tempos mais remotos já se adotavam práticas cooperativistas entre grupos, comunidade e na sociedade.

Mas foi durante a Revolução Industrial na Inglaterra, com a crise econômica durante século XVIII que surgiram lideranças que criaram associações de caráter assistencial.

Neste período, uma parte do movimento socialista propôs um modelo de produção em que as sobras fossem partilhadas, não havendo expropriação da mais-valia por parte dos empresários capitalistas (MORAIS et al., 2011, p. 69).

Assim, organizações como cooperativas seriam instrumentos importantes para superar desafios, bem como proporcionar desenvolvimento em suas várias esferas.

As cooperativas surgem como uma reação emancipadora e uma resistência do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

Em Rochdale, na Inglaterra, em 1843, 28 tecelões começaram a esboçar uma cooperativa de consumo. Esta foi a primeira cooperativa moderna do mundo, chamada de Sociedade dos Probos de Rochdale, tendo Robert Owen à frente, que acreditava na igualdade entre as pessoas. A figura 01 apresenta parte dos 28 tecelões responsáveis pela criação desta primeira cooperativa.

Owen imaginava o fim das propriedades privadas e da divisão social entre operários e patrões, questionando o domínio do dinheiro sobre as pessoas. Ele via na educação o instrumento mais importante para mudar o sistema social e alcançar a felicidade humana (BÚRIGO, 2010, p. 44).

Figura 01: Pioneiros de Rochdale.



Fonte: Portal do Cooperativismo Financeiro. Disponível em cooperativismodecredito.coop.br

Essa experiência cooperativista foi difundida primeiramente na Europa com a fundação de cooperativas de trabalho na França, de crédito na Alemanha e na Itália e depois para o resto do mundo.

De acordo com Schneider (2012, p. 256) a origem do cooperativismo com apenas 28 pioneiros traduz-se hoje em aproximadamente 1 a 1,2 bilhões de associados de cooperativas espalhados pelos cinco continentes. E são os países

emergentes que apresentam as maiores taxas de crescimento de cooperativas e associados.

Assim, os rochdalianos propuseram uma reforma naquela sociedade, com base no espírito de solidariedade e equidade social, através de suas ações e princípios. Estruturaram a vida dos cooperados em sua totalidade, segundo Junior (2006, p. 28).

O êxito da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale validou a experiência e consagrou os princípios e as regras assumidos, instituindo um paradigma cooperativo hoje, mais de 160 anos depois, dominante à escala mundial. E isso só foi possível porque esse paradigma se revelou suficientemente flexível e aberto, para incorporar ajustamentos, alterações e novidades; mas também suficientemente consistente, para se renovar sem se descaracterizar (NAMORADO, 2007, p. 07).

A criação de uma sociedade cooperativa estaria fornecendo àqueles cooperantes uma vida mais digna, desenvolvendo a economia local e consequentemente originando a luta pelo movimento cooperativista, destaca Borile (2011, p. 13-14).

Borile reforça que o cooperativismo evoluiu e com isso, muitas conquistas aconteceram. Ele é considerado um novo modelo de economia, afinal considera aspectos que vão além do econômico, ou seja, valoriza as pessoas, seu modo de trabalho e o desenvolvimento social.

Os princípios oriundos de Rochdale continuam a ser o eixo que identifica o cooperativismo, fortalecendo-se com a fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organismo máximo do cooperativismo mundial, fundada em Londres (NAMORADO, 2007, p. 07). Os princípios são necessários para o bom andamento do processo cooperativo. Eles já sofreram modificações, mas sem descaracterizar o modelo rochdaleano. (SCHNEIDER, 2012, p. 259).

A ACI assumiu a responsabilidade de manter vivos os princípios do cooperativismo, textualizando-os em 1936, reformulando-os em 1966 e dando-lhes um quadro de identidade cooperativa em 1995. São eles:

- 1) Adesão Livre e Voluntária – as cooperativas são abertas a todos que desejem utilizar seus serviços, dispostos a assumir a responsabilidade como membros;

- 2) Gestão democrática – as cooperativas são controladas por seus membros que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões;
- 3) Participação Econômica dos Membros - os membros contribuem equitativamente para o capital de sua cooperativa e controlam-no democraticamente. As sobras são destinadas para reservas, para devolução aos cooperados e outra parte para destinação aprovadas em Assembleia Geral;
- 4) Autonomia e Independência – controle democrático por seus membros;
- 5) Educação, Treinamento e Informação – contribuem com suas ações de formação para o desenvolvimento e sustentabilidade das cooperativas;
- 6) Intercooperação – as cooperativas trabalham coletivamente por meio de estruturas que se localizam regional, nacional e internacionalmente
- 7) Interesse pela Comunidade – trabalham em prol de sua comunidade, por meio de políticas demandadas pelos membros.

A ACI tem a missão de representar e servir as organizações cooperativas do mundo todo, tendo em vista a abrangência e a expansão das cooperativas. Atualmente ela congrega 222 organizações-membro em 100 países, representando 800 milhões de pessoas. Devido a esta representatividade a ACI conquistou assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2006, p. 12).

O cooperativismo é representado também por um símbolo representado na figura 02, que indica a união do movimento, a imortalidade dos seus princípios, fecundidade dos seus ideais e a vitalidade dos adeptos (INFOCOS, 2013, p. 15).

Figura 02: Símbolo do Cooperativismo



Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito.

Cada um dos elementos que compõe o símbolo tem seu significado e representatividade. São eles, de acordo com Infocos (2013, p. 15):

- Pinheiro: Na antiguidade esta árvore simbolizava a imortalidade e a fecundidade. No cooperativismo representa a ação mútua de cooperação.
- Círculo Verde: representa vida eterna, pois círculo não tem início nem fim.
- Cor Verde: referência ao princípio vital da natureza.
- Amarelo Ouro: simboliza o sol.

Além dos princípios e da simbologia, as sociedades cooperativas são classificadas como:

- Cooperativas singulares, ou de 1º grau: que prestam serviços diretamente aos associados;
- Cooperativas centrais e federações de cooperativas, ou de 2º grau: objetivam organizar os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, orientando suas atividades;
- Confederação de cooperativas, ou de 3º grau: constituídas por centrais e federações de cooperativas e que têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, (FRANZ e AZAMBUJA, p. 06).

Esta classificação é exposta com o intuito de melhor demonstrar a forma como se apresentam as cooperativas, tendo em vista que posteriormente será apresentada uma experiência de formação para o cooperativismo que acontece através de uma cooperativa de crédito e estende-se a todos os seus colaboradores, dirigentes e cooperados das singulares e da central.

Por fim, reforça-se que as doutrinas e os princípios cooperativistas construídos pelos pioneiros de Rochdale constituem o núcleo originário, entretanto a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), (com sede, inicialmente, em Londres e, desde 1980, em Genebra) é encarregada de manter os princípios essenciais e adaptar os demais às peculiaridades de cada região e cultura.

É importante reforçar que estes valores e princípios cooperativistas trazidos pelos pioneiros de Rochdale devem ser preservados e levados adiante através de entidades nacionais e internacionais que representam esse importante segmento de caráter solidário.

Pode-se perceber, neste breve relato sobre a origem e a sua importância e representatividade no mundo todo.

Na sequência abordarei mais especificamente o surgimento do cooperativismo no Brasil.

2.2. Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo surge no Brasil, quando emigrantes europeus trouxeram novas experiências para enfrentar as adversidades de um mundo novo.

Apenas três anos após a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale surge no Brasil em 1847 a Colônia Agrícola Tereza Cristina, no município de Cândido de Abreu, no interior do Paraná, fundada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, cita Junior (2006, p. 31), com inspiração nos ideais humanistas, servindo de referência para experiências futuras.

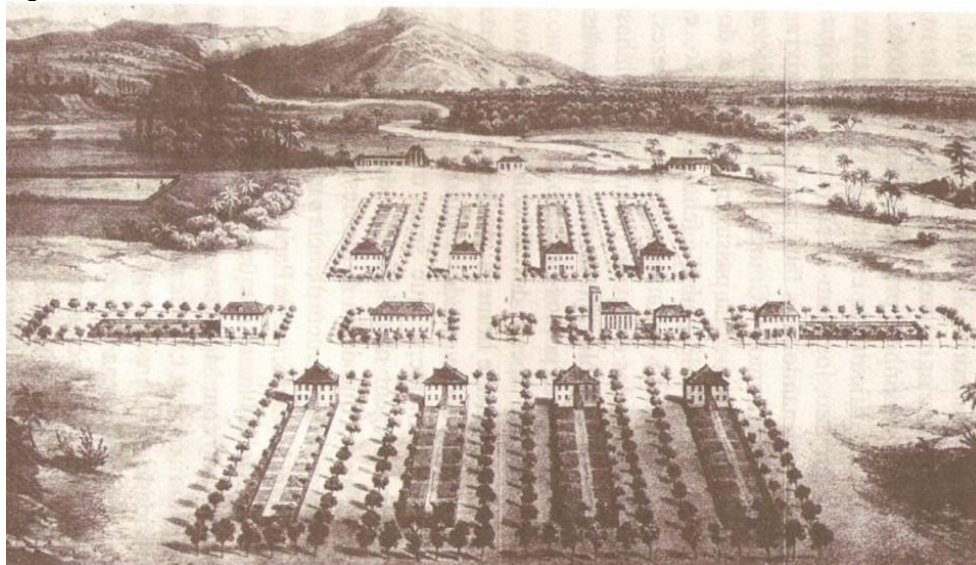
A Colônia Agrícola Tereza Cristina é reconhecida como a primeira experiência do cooperativismo no Brasil e está representada pela figura 03.

Alguns anos mais tarde, em 1902 em Nova Petrópolis/RS, surge a primeira cooperativa de crédito, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. (INFOCOS, 2013, p. 18).

A partir desta data, até o ano de 1964 surgem 66 cooperativas de crédito tipicamente rurais, as chamadas Raiffeisen, no Estado do Rio Grande do Sul.

Diversas Caixas Rurais foram criadas no Estado de Santa Catarina, mais tarde compradas pelo Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO), em 1955, posteriormente vendida ao Banco Bradesco (INFOCOS, 2013, p. 19).

Figura 03: Colônia Tereza Cristina.



Fonte: Gazeta do Povo (01/06/2013).

O início da história cooperativista brasileira construiu-se com experiências desenvolvidas lentamente, com a contribuição de movimentos sindicais e movimentos sociais.

Entretanto, no Brasil, o compromisso do cooperativismo com as demandas sociais ainda é um tema controverso, vem de longo tempo e ganhou novos formatos a partir do terço final do século XX, quando foi realizada uma reestruturação jurídica do cooperativismo nacional (BÚRIGO, 2010, p. 54).

Do ponto de vista legal, vários momentos foram vividos pelo cooperativismo, até a Lei 5.764/71 que em seu artigo 5º demonstra o emprego do termo “cooperativa” em sua denominação social, demonstrado por Borile (2011, p. 27-28):

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes o direito exclusivo e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação. Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

O quadro abaixo demonstra diferentes períodos da sociedade brasileira, oscilando de forma significativa de acordo com os grupos que se encontravam no poder.

Quadro 01: Contexto das leis e decretos relacionados ao cooperativismo no Brasil

ANO	LEI/ DECRETO	PERÍODOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA
1847		Colônia Tereza Cristina, no interior do Paraná, fundada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, sendo a primeira experiência de cooperativismo no Brasil.
1860	Decreto nº 706 de 1890 ⁵	Autorização para que os militares formassem Sociedade Cooperativa Militar do Brasil - uma cooperativa de consumo.
1860	Decreto nº 896	Autoriza a criação da Companhia Cooperativas de Consumo Doméstico e Agrícola.

⁵Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-706-30-agosto-1890-523715-publicacaooriginal-1-pe.html>

Continuação Quadro 01

ANO	LEI/ DECRETO	PERÍODOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA
1903	Decreto nº 979 ⁶	Regulação das cooperativas/sindicatos, dando-lhes feição de sociedades comerciais.
1909	Decreto nº 1637	Regulação das cooperativas/sindicatos, dando-lhes feição de sociedades comerciais
1932	Decreto nº 22.239 ⁷	Regula as sociedades cooperativas.
1934	Decreto nº 24.647	Estabelece bases, normas e princípios para e cooperação profissional e para a cooperação-social; faculta auxílios diretos e indiretos às cooperativas e institui o Patrimônio dos Consórcios Profissionais Cooperativos.
1938	Decreto nº 581 ⁸	Dá ao Estado o controle das sociedades cooperativas, com registro Administrativo no Ministério da Agricultura.
1966	Decreto Lei nº 59 ⁹	Orientação geral da política cooperativista nacional, dizendo ser esta responsabilidade do Conselho Nacional do Cooperativismo, junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
1967	Decreto nº 60.597	Regula a matéria de forma mais clara.
1971	Lei nº 5764 ¹⁰	Trata de questões gerais referentes à parte legal do cooperativismo. Encontra-se vigente até os dias atuais.

Fonte: Borile (2011, p.15-16). Org.: Francieli Pilati Gervasoni (2014).

A lei vigente atualmente, de nº 5.764/71 precisa de uma maior reflexão, a fim de discutir mudanças e melhorias principalmente ao ramo das cooperativas da agricultura familiar, com uma atuação forte na formação, na comercialização, na organização das cadeias produtivas, acesso ao crédito, acompanhamento técnico

⁶Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm

⁷ Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/arquivos/Decreto22239_1932.pdf

⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-581-1-agosto-1938-358374-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/arquivos/DecretoLei59_1966.pdf

¹⁰Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm

diferenciado, fortalecendo o gerenciamento dos empreendimentos rurais de maneira autônoma. (BORILE, 2011, p. 08 - 09).

Neste sentido, no dia 09 de dezembro de 2014, houve a aprovação do substitutivo da relatora senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) a dois projetos de lei que tramitam em conjunto – PLS 3/2007 e PLS 153/2007, respectivamente, do então senador Osmar Dias e do senador Eduardo Suplicy.

As novas regras deverão revogar integralmente a Lei 5 764/71, publicada durante a ditadura militar. Este substitutivo garante a liberdade de associação das cooperativas à filiação à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ou à União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), entretanto torna obrigatório o registro a uma dessas organizações para que a entidade possa ser reconhecida como uma cooperativa. Porém há pontos de divergência: enquanto o projeto de Osmar Dias incorpora o princípio da unicidade de representação e define a OCB e as Organizações Cooperativistas Estaduais (OCE) como representantes exclusivas do cooperativismo nacional, a proposta de Suplicy determina a livre organização das entidades de representação do sistema.

A Constituição prevê para o ato praticado entre a cooperativa e seus sócios, tratamento tributário mais favorável do que o dispensado às empresas em geral. Gleisi Hoffmann manifestou-se contra a ampliação destas isenções. Ela optou por transcrever o atual texto da Lei 5 764/71 que trata do ato cooperativo, transferindo para uma futura lei complementar a definição do ato cooperativo para fins de tributação. O projeto poderá agora ser enviado à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para ser analisado em Plenária.

Para uma melhor compreensão, atualmente no Brasil o cooperativismo está dividido em dois grandes grupos, um representado pela OCB (constituído no início dos anos 1970) e outro pela Economia Solidária (que surge na década de 1990).

A partir da Constituição de 1988 é que atores da sociedade civil, sindicatos, universidades públicas, organizações da Igreja Católica e integrantes do Sistema “S” – conjunto de instituições de interesse de categorias profissionais - fomentam a constituição de cooperativas (SILVA, 2007, p. 17).

Ambas apresentam duas concepções distintas acerca do cooperativismo. O conflito entre estas concepções é um elemento importante no debate político das cooperativas brasileiras, já que os elementos da Economia Solidária recusam-se a serem representados pelo sistema OCB, por considerarem a OCB como o

monopólio do cooperativismo (SILVA, 2007 p. 21).

Segundo Búrigo (2010, p. 55 - 56) a OCB foi concebida para “pacificar” numa instância única as diferentes forças que atuavam junto ao cooperativismo nacional. A Lei 5.764/71 canalizou investimentos e privilégios fiscais às suas filiadas, especialmente as cooperativas de porte maior. Ao mesmo tempo, várias cooperativas menores foram obrigadas a se fundir, e outras acabaram sendo liquidadas por má gestão. Essas mazelas prejudicaram a imagem do cooperativismo nacionalmente.

O sistema OCB defende a cooperativa como uma forma de empreendimento econômico coletivo que se baseia nas pessoas e não no capital, elimina a figura do intermediário entre o cooperado e aqueles que lhe tomam ou fornecem serviço ou produto; distribui renda ao gerar trabalho, emprego e divisas, e torna todos os cooperados do empreendimento iguais entre si na base do direito ao voto, que independe do capital.

Entretanto, a ênfase é dada à eficiência econômica do empreendimento dentro das regras do mercado, o que exige, entre outros, a profissionalização da gestão e a subjugação do desempenho da função social da cooperativa às necessidades de mercado (SILVA, 2007, p. 20).

A atribuição da OCB é representar nacionalmente o Cooperativismo, de forma que possui uma entidade de representação na capital de cada Estado, denominada Unidade Estadual da OCB, para o registro das cooperativas e a prestação de serviços, inclusive a orientação para a constituição de novas cooperativas.

Entretanto, algumas cooperativas não se sentem assistidas, fato este que levou à criação da UNICAFES, como entidade de representação das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária, e cuja abordagem se dará mais adiante.

Além de estar organizado no Sistema OCB, o movimento cooperativista também está organizado pelo Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), com atribuições pertinentes à administração de cooperativas, gestão através da formação, educação e capacitação de dirigentes, cooperados e colaboradores. Também se organiza pela Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP). Contudo, o fomento à educação e formação disponibilizado pelo SESCOOP tem atendido preferencialmente cooperativas filiadas à OCB.

O Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), é o órgão do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que apoia, fomenta e promove o cooperativismo e o associativismo visando à geração de trabalho e renda, o desenvolvimento humano e a inclusão social, através da formação, educação e capacitação, acesso a mercados, integração com entes públicos e privados, beneficiando cooperativas e associações tanto urbanas quanto rurais.

A concepção desenvolvida no campo da Economia Solidária concentra seu discurso na defesa das cooperativas de trabalhadores, por eles geridas democraticamente, entendendo que são alternativas ao sistema capitalista, posto que suas regras são avessas às relações de subordinação e hierarquização típicas desse sistema.

Gadotti (2009, p. 31-32) afirma que uma das características mais marcantes da economia solidária e do cooperativismo solidário, é seu sistema de gestão, que está ligado à melhoria da qualidade de vida dos associados, empreendimento econômico solidário, modo de vida sustentável e ao bem-estar da população.

A economia solidária possui também um componente educativo extraordinário. A educação para a cooperação e para autogestão é fundamental na formação das pessoas envolvidas em empreendimentos solidários. (GADOTTI, 2009, p. 35). É por isso que esta pesquisa leva em consideração tais fatores, com o objetivo de consolidar o cooperativismo através da educação.

Aliados a este movimento em prol da economia solidária estão algumas cooperativas fora da alçada da OCB: cooperativas agropecuárias singulares e centrais vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cooperativas de trabalho e serviços apoiadas pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e as cooperativas de produção assessoradas pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), entidade ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Parte dessas experiências articula-se também com movimentos sociais (BÚRIGO, 2010, p. 59).

A União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL) que surgiu em 2004 foi fundada com 82 empreendimentos cooperativos vinculados ao setor urbano, com apoio da CUT, sindicatos, ONGs e outras organizações populares.

Em 2005 foi fundada a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). A UNICAFES e a UNISOL representam articulações nacionais de cooperativas não filiadas à OCB (BÚRIGO, 2010, p. 59-60).

A ANTEAG, UNISOL e UNICAFES diferenciam-se das demais pelo tipo de vínculo que estabelecem com os empreendimentos, incluindo a representação política. Isso as coloca em relação de disputa, porque contestam a prerrogativa da representação única do cooperativismo brasileiro, atribuída ao Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) por lei federal de 1971, que institui também o regime jurídico das sociedades cooperativas (SILVA, 2007, p. 19).

Os ramos brasileiros mais fortes são de crédito, comercialização e industrialização, cooperativas estas ligadas à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), entidade que as representam. Estas cooperativas não se encontram assistidas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). (SAQUET E ALVES, 2014, p. 581).

Desta forma, a manutenção de uma empresa organizada sob a forma coletiva, bem como a governança corporativa é fundamental, por conseguinte, a participação do membro nas estruturas de governança passa a ser uma variável essencial para garantir a transparência e o sucesso de uma cooperativa, afirma Neto (2007, p. 122).

Enquanto o sistema OCB parece entender as cooperativas como células independentes, ainda que sujeitas às interferências do mercado, a Economia Solidária procura pensá-las de modo sistêmico, no interior de um conjunto de relações sociais (SILVA, 2007, p. 20).

Entretanto, Saquet e Alves (2014, p. 581) acrescentam que, apesar da importância da cooperação e solidariedade social, a participação das cooperativas na economia e na sociedade brasileira é ainda muito pequena se comparada com outras nações.

O grande desafio que nos é imposto aponta a necessidade de promover o crescimento com distribuição de renda e geração de oportunidades de trabalho e de vida. A cooperação e o cooperativismo representam um importante instrumento de inclusão social para milhares de pessoas, caracterizando por uma proposta mais solidária, justa, autônoma, democrática e participativa. Seus valores e princípios

devem orientar a ação dos cooperadores em prol da realização de seus objetivos (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

A cooperação acontece pelo ato de ajuda mútua e de ações solidárias entre indivíduos e grupos, assim como o movimento do cooperativismo (sobretudo o solidário) como forma de promover ações cooperativistas em organizações sociais, instituições e cooperativas, nos mais diversos ramos.

Neste sentido, a formação tem papel fundamental para o fortalecimento destes valores e princípios, proporcionando a compreensão necessária do ato de cooperar.

Após esta exposição do cooperativismo no Brasil, sua pluralidade de sentidos e sua divisão em dois grupos, o Capítulo III apresentará a Constituição da Rede de atores responsáveis pela construção da formação cooperativista que analisamos.

3. CAPÍTULO III – A constituição da rede

O presente capítulo descreverá a rede de atores que irá compor o processo de educação para o cooperativismo, estudados nesta pesquisa. Neste estudo ela é composta pela União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), entidade que representa as cooperativas de agricultura familiar e economia solidária, por Universidades, o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), bem como o seu Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS).

Estes atores, embora se diferenciem na forma de educação – formal e não formal – em determinados momentos se cruzam, já que suas propostas educativas para o cooperativismo identificam-se, no sentido de tentar construir uma proposta educativa diferenciada.

3.1. União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES

A UNICAFES é a entidade representativa das cooperativas vinculadas à Economia Solidária. Como constituinte desta rede surge como uma representação das cooperativas dos ramos de crédito rural solidário, de produção, de assistência técnica e de comercialização.

Sua sede de representação nacional, a UNICAFES Nacional, é em Brasília/DF. É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Foi fundada em junho de 2005 em Luziânia (GO), e suas associadas estão espalhadas nas cinco regiões do país, que compõe aproximadamente 1.100 cooperativas. Seus objetivos são a inclusão social dos cooperados, através de iniciativas econômicas que ampliem a distribuição de renda, produção de alimentos, além da qualidade de vida e da sustentabilidade.

Atualmente, são dezessete UNICAFES estaduais de atendimento e articulação para a agricultura familiar e economia solidária: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Pará, Goiás, Sergipe e Ceará.

No Paraná ela foi constituída em outubro de 2005 a partir de 80 cooperativas de agricultores familiares de diversos ramos que não se sentiam representados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Os fatores determinantes que contribuíram para a constituição da UNICAFES Paraná foram: a) Existência de cooperativas da agricultura familiar organizadas em sistemas e ramos cooperativos; b) necessidade de uma entidade de representação dos sistemas cooperativos solidários para qualificar e ampliar a interação do segmento cooperativo com a sociedade civil, o Estado e o mercado; c) viabilização de políticas públicas para o fomento do cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária; d) necessidade de uma organização que fosse capaz de articular a ação local, nacional e internacional; e) existência de uma articulação nacional das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, a UNICAFES Nacional; f) não submeter-se às pressões da OCB por filiação compulsória, mesmo que a Constituição Federal de 1988 garantisse a liberdade para organizar-se (TRIAS – BRASIL, 2010, p. 06)

Na oportunidade da criação, diversas entidades também estiveram presentes, dentre elas: UNICAFES NACIONAL, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar do Paraná do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representantes das ONGs: Departamento de Estudos Socioeconômicos e Rurais (DESER), Associação de Estudos e Assistência Técnica Rural (ASSESOAR), e a Fundação Rureco.

Ela agrega vários ramos: Crédito, Produção, Educação, Assistência técnica - ATER, Saúde, Serviços, Construção, Trabalho, Habitação, Rodoviários, Catadores, Reciclagem e muitos outros. Seu quadro social da UNICAFES Paraná é composto por cooperativas singulares, cooperativas regionais de serviços e cooperativas centrais dos ramos filiados, estruturando-se em Sistemas: Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF), Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná (SISCOOPLAF), Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (COORLAF), Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) e Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural (CENATER-PR).

As cooperativas filiadas à UNICAFES são constituídas por agricultores familiares como foco nas áreas de crédito, produção e comercialização. Além disso, para desenvolver suas atividades, com destaque para a formação, estabelece parcerias com diversos Ministérios: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Piscicultura e Aquicultura (MPA), Ministério da Cultura (MC), Secretaria de Educação e Tecnologia do Estado do Paraná (SETI), Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB), SEBRAE e Universidades: Federal Tecnológica do Paraná, campus de Dois Vizinhos e de Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e em processo de constituição está a parceira com a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Assim, a formação tem papel essencial neste contexto, já que vem atender este público composto por agricultores familiares, gestores de cooperativas, e que necessitam de capacitações para seus empreendimentos.

Devido à sua importância na representação das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária no Brasil, o Congresso Nacional da UNICAFES foi o local escolhido para a coleta de dados desta pesquisa, já que naquele momento diversos representantes, dirigentes e cooperados de vários estados brasileiros estavam presentes. Foi possível assim, dialogar a respeito dos anseios e perspectivas por eles demandadas para a formação cooperativista desejada, bem como compreender o papel das mais diversas instituições no âmbito da educação e para a formação.

Por isso, ela se apresenta como um importante ator na Rede pesquisada, já que congrega cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, proporcionando os dados necessários para esta pesquisa.

Através da UNICAFES, seja ela representada no Estado ou nacionalmente, articulada com outras entidades é possível proporcionar a formação necessária para a gestão de cooperativas que a ela estão filiadas. Dados coletados e posteriormente apresentados neste estudo apontam a necessidade de capacitação nas mais diversas áreas, com o objetivo de melhorar e aprimorar a gestão das cooperativas e atender os anseios dos cooperados.

Além disso, os aspectos relativos aos projetos produtivos e organizativos dos agricultores familiares enquanto associados demandam também planejamento estratégico e acompanhamento em diferentes áreas.

A seguir, a pesquisa apresenta o papel das universidades no processo de formação da educação cooperativista e a necessidade de aproximá-la dos demais atores, numa parceria para a construção da educação para a cooperação, mesmo que apresente inúmeros desafios no caminho.

3.2 Universidades

A universidade está inserida dentro de uma sociedade complexa e globalizada. Mas, “Se ela adere criticamente aos objetivos da sociedade (que é tecnocrática), ela abdica sua função de formação e autonomização dos sujeitos, além de sua principal instância reflexiva e cultural”. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 165).

É sumamente importante que a educação superior produza conhecimentos e formação com um grande sentido de pertinência social. Por meio do conhecimento e do trabalho de formação, sem abdicar de suas competências críticas, ela deve desenvolver a capacidade de resposta às demandas e às carências da sociedade. A pertinência requer autonomia para identificar as prioridades e o conteúdo social das carências e demandas (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 170).

Portanto, ela tem um importante papel de diálogo com a comunidade e com a sociedade onde está inserida, devendo proporcionar um debate reflexivo, bem como fomentar ações de desenvolvimento social e local. Deve apresentar uma preocupação com a formação de seus educandos, futuros profissionais das mais diferentes áreas, que atuarão, sobretudo com pessoas nas suas diversas culturas.

Para isso, é necessário que esta formação leve em consideração valores e princípios fundamentados na ética, na cidadania, na solidariedade, ao mesmo tempo em que contribua com o crescimento e desenvolvimento da comunidade, a partir de currículos e conteúdos adequados às especificidades locais, respeitando a cultura, o meio ambiente, os saberes. “Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um

motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana”, reforça Dias Sobrinho (2005, p. 172).

Ela deve também aliar-se a outros atores, contribuindo através da ciência, da pesquisa e da extensão com projetos socialmente comprometidos com a proposta de educar para a cooperação.

Desta forma, construir coletivamente currículos e diálogos com a comunidade onde está inserida, com a sociedade, com os sujeitos, respeitando suas especificidades e atrelando à seus projetos. Esta, possivelmente, pode se transformar numa excelente alternativa de avançar num projeto realmente coletivo.

Na presente pesquisa, a ela pode ser atribuída, inclusive, o papel de porta-voz quando exemplificamos no início deste trabalho o Conceito de Tradução, elaborado por Callon. Por representar um aglomerado de saberes e estar inserida num enorme contexto, a universidade pode aparecer como “formadora de conceitos”, que nem sempre podem ser considerados ou almejados para a construção da formação cooperativista, representando dessa forma um desafio.

Mesmo assim, apresenta uma enorme contribuição nesta Rede, afinal nela está presente um aglomerado de saberes, de educadores, inseridos em contextos diversos na sociedade. Entretanto, que se observa em alguns momentos são ainda alguns currículos tecnicistas que infelizmente ignoram saberes acumulados de seus educandos, de modo que o conhecimento científico e sistematizado seja tido como único e verdadeiro.

É aí que Paulo Freire e Bruno Latour contribuiriam no sentido de tornar o conhecimento e os saberes acumulados e vivenciados como um constante processo de construção, agregando novos atores, sujeitos e objetos e resultando em um novo saber, o híbrido, repleto de fatores humanos, não humanos e novos atores, representados também pelas pesquisas, pelos instrumentos tecnológicos envolvidos e posteriormente pelo ensino e pela extensão, o que demanda um esforço para a compreensão de toda realidade e anseios do público que atende.

Mesmo apesar dos desafios e dificuldades, as universidades apresentam um importante papel no diálogo com entidades e organizações sociais, seja através de capacitações e/ou formações, pesquisas ou seu trabalho de extensão, com programas voltados às demandas oriundas da comunidade. Através destes processos de formação, e de sua contribuição na pesquisa e ensino, além da extensão, as universidades levam até as comunidades onde estão inseridas,

importantes projetos demandados pela realidade vivenciada, muitas vezes em parceria com diversas entidades e organizações, formando importantes instrumentos de construção social.

Não menos importantes são os conteúdos trabalhados. A Universidade deve preocupar-se com a construção de uma abordagem sistêmica, humana, social e cooperativista em seus currículos, independente das áreas e cursos escolhidos por seus educandos.

Com isso, algumas organizações preocupam-se em firmar parcerias com as universidades, agregando assim conhecimentos a seu público. Elas procuram nas instituições de ensino superior uma maneira de trocar experiências, buscando o conhecimento acadêmico e científico e contribuindo com suas experiências e vivências. Desta forma, se busca enriquecer e estender à sociedade o resultado destas trocas.

Contudo, é necessário salientar que as universidades em alguns momentos oferecem resistências a esta construção. É fundamental demonstrar que o cooperativismo aplicado à educação tem um importante papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para tanto, é imprescindível rever conceitos, conteúdos e currículos (muitas vezes elaborados a partir de uma proposta tecnicista). Nesta luta as organizações têm uma missão e vários desafios importantíssimos: o de construir coletivamente a proposta de educação que a sociedade quer e necessita.

Dentro deste contexto, importantes universidades públicas e privadas têm contribuído e feito parcerias com instituições, de forma a contribuir em seus cursos com o cooperativismo solidário.

Essas formações acontecem através de aperfeiçoamento, especializações, nas modalidades presenciais e à distância. São elas: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) campus de Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), campus de Guarapuava e Universidade Paranaense (UNIPAR), campus de Francisco Beltrão, além da parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 2006, escola esta que posteriormente transformou-se em Instituto Federal do Paraná (IFPR) campus de Curitiba.

A Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), campus de Guarapuava/PR também inseriu aperfeiçoamento e pós-graduação modalidade à distância a colaboradores, dirigentes e cooperados do Sistema CRESOL, a partir do ano de 2013 o Programa de Formação Continuada do Sistema CRESOL (PROSOL).

Elas desenvolvem estas formações em parceria com o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), vinculado ao Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), tendo como público: dirigentes, cooperados e colaboradores.

Diante disso, atribui-se um papel importantíssimo das universidades, dos professores e pesquisadores destas instituições, que em parceria com organizações do cooperativismo solidário podem transformar-se em grandes aliados na construção desta pedagogia da solidariedade, preocupada, sobretudo na formação cidadã de seus educandos. É por isso, que se fazem presentes na constituição desta Rede.

Tão importante quanto as instituições de ensino superior articuladas a movimentos e organizações sociais, estão outros atores que estão diretamente ligados a agricultores e agricultoras familiares – as cooperativas dos mais diferentes ramos e sua representação política, a UNICAFES, todas envolvidas na mesma Rede, e que proporcionam também a formação a seus cooperados, dirigentes e colaboradores, sempre com foco e ênfase ao cooperativismo solidário, com conteúdos e reflexões construídas a partir das demandas, desejos e anseios de seu público, elaboradas pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), vinculadas a CRESOL.

Dessa forma, esta Rede forma-se sob diferentes metodologias e realidades, sem que percam sua essência para a formação, mesmo que durante o percurso enfrentem desafios e divergências.

3.3 Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)

O cooperativismo de crédito brasileiro, a partir da década de 1990 apresentou experiências inovadoras no meio rural. Um exemplo disso são as chamadas cooperativas de crédito rural solidário. Elas buscam se diferenciar das cooperativas de crédito tradicionais, mantendo a proximidade da gestão com os cooperados.

Uma cooperativa de crédito se caracteriza por prestar os mesmos serviços dos bancos, mas com algumas diferenças: os proprietários são seus clientes, os custos são rateados entre o quadro social, sendo que isso acontece na forma de juros e de pequenas taxas, como cita Bittencourt (2001, p. 23). O autor reforça ainda que enquanto os bancos aplicam 25% de seus depósitos na agricultura, as cooperativas de crédito rural aplicam no mínimo 60% (BITTENCOURT, 2001, p. 24).

O sistema de crédito rural estruturado na atual rede bancária não tem atendido aos interesses dos agricultores familiares. Diante destes entraves, as cooperativas de crédito rurais de agricultores familiares podem proporcionar canais de acesso ao crédito, além de uma melhor capacitação para sua utilização (BITTENCOURT, 2001, p. 17).

No Paraná, a proposta de criar alternativas financeiras deveu-se ao trabalho desenvolvido pela Assesoar (ONG que atua no meio rural desde 1966). A ação dela desenvolveu uma consciência nos agricultores familiares quanto à importância da participação política e cooperação (BÚRIGO, 2010, p. 215).

Após diversos estudos, em meados de 1995 surgiu a primeira cooperativa do modelo CRESOL no município de Dois Vizinhos/PR. Ainda neste ano novas cooperativas foram formadas em Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema, todas elas no Paraná (BÚRIGO, 2010, p. 217).

A partir daí, segundo o autor optou-se pela criação de uma cooperativa central de serviços – a Central Baser para fazer a coordenação do processo. Assim, destas estruturas se constituiu em 10 de janeiro de 1996 o Sistema Cresol.

O Sistema CRESOL foi constituído de maneira descentralizada, formada por redes e pequenas unidades, articuladas entre si.

O Sistema CRESOL Baser tem abrangência nos estados de Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rondônia e Rio de Janeiro.

Atende atualmente 81 Cooperativas Singulares, 206 Unidades de Atendimento, 11 Bases Regionais, atendendo atualmente aproximadamente 133 mil cooperados. No ano de 2014 foram admitidos no Sistema 14.489 cooperados.

As cooperativas de crédito do Sistema Cresol possuem um caráter local, como forma de possibilitar o conhecimento das necessidades e realidade de seu quadro social.

O Sistema CRESOL está formatado da seguinte forma: cooperativas singulares, bases regionais de serviços e a cooperativa central. A Central CRESOL Baser é uma cooperativa que reúne Bases Regionais de Serviços e Cooperativas Singulares. Seu quadro social é composto exclusivamente por agricultores familiares, que são responsáveis pela administração das cooperativas.

Suas atribuições compreendem a formação de dirigentes, técnicos e assessores, contabilidade, crédito rural, Plano de Safra, informática, comunicação e marketing e recursos humanos.

Outra Central foi criada em Chapecó/SC em 2004, tendo como filiadas as cooperativas do Rio Grande do Sul e parte das de Santa Catarina. A Central Baser ficou com o restante das filiadas de Santa Catarina e as do Paraná.

As Bases Regionais de Serviço são cooperativas de caráter operacional, agregando cooperativas singulares por proximidade.

As Cooperativas Singulares são cooperativas de primeiro grau que atuam diretamente com o público-alvo do Sistema CRESOL, os agricultores familiares. Elas estimulam a formação, a capacitação e a organização dos associados a fim de ampliar o controle social, orientando relações de parceria em nível local. Os recursos captados pelas singulares são aplicados localmente, contribuindo com a economia dos municípios e com o desenvolvimento local.

Como parceiros Sistema CRESOL Baser encontram-se: Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL), além da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS).

Além disso, o Sistema CRESOL possui a missão de inclusão social da agricultura familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional. Objetiva crescer juntamente com seu quadro social, atendendo o maior número de famílias agricultoras.

O Sistema construiu Valores tais como a Excelência, a Ética, Honestidade, Transparência e Responsabilidade Social. Seus princípios são pautados na Interação solidária, Formação, capacitação e organização dos associados,

descentralização das decisões, Crescimento horizontal, Democratização e profissionalização do crédito, Desenvolvimento social e Sustentabilidade.

Diante do exposto, a inclusão do Sistema CRESOL como um dos atores nesta rede, se deve pelo fato dela, através de suas cooperativas singulares e Bases de Serviço, ser delegada também a função de formação e capacitação de seus dirigentes, cooperados e colaboradores, tendo em vista sua grande abrangência. Um de seus parceiros, apresentado na sequência, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) é o responsável por esta importante missão que é o fortalecimento do cooperativismo solidário nas ações do dia a dia e no comprometimento com o desenvolvimento local e pessoal, em processos de formação continuada.

Seus cooperados e dirigentes são agricultores familiares e deles surgem as demandas e necessidades de formação, para que isso contribua na gestão das cooperativas do Sistema CRESOL. Entretanto, há atualmente cooperados da área urbana, porém que mantêm algum tipo de vínculo com a agricultura familiar através de suas atividades profissionais.

A partir dessa necessidade e tendo como princípios e missão o cooperativismo solidário são construídas as formações e capacitações. Entretanto, nem sempre é esta a necessidade real dos dirigentes e cooperados. Há ainda uma grande demanda por formação técnica e operacional, principalmente em assuntos pertinentes à gestão e administração dos empreendimentos, tendo em vista que, apesar de sua essência cooperativista solidária, está inserida numa sociedade competitiva, com atribuições e metas a serem cumpridas enquanto Sistema de Cooperativa de Crédito. Surge aí o grande embate: aliar a reflexão cooperativista à capacitação operacional.

Neste sentido, o INFOCOS precisa construir e enfrentar esse grande desafio para construção desta formação. Aliar e permanecer na visão de que o Sistema CRESOL surgiu com a missão de proporcionar o crédito rural aos agricultores familiares, até então excluídos desta política pública, porém atendendo a demanda de seus cooperados e dirigentes, tendo em vista que toda dificuldade e desafio enfrentado na gestão e condução das cooperativas necessita estar atrelado à capacitação e formação, e é aí que precisamos estar preparados para atender e tentar manter a permanência do debate em torno da formação humana, integral e

holística. Este é um grande desafio do INFOCOS, que embora esteja vinculado ao Sistema CRESOL, apresenta diferenças de visões de mundo.

3.4 Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS)

O Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) foi criado em agosto de 2005 pela Cooperativa Central de Crédito Rural - Central CRESOL Baser e suas Bases Regionais, para oferecer a públicos distintos, formação em cooperativismo, orientado ao desenvolvimento sustentável e solidário.

Constitui-se num espaço de educação, formação e capacitação para agricultores e agricultoras familiares, colaboradores e dirigentes do Sistema CRESOL. Mantém uma formação continuada para seus colaboradores através de cursos presenciais e *online* com diversos temas, entre eles: assuntos institucionais, técnicos, comportamentais, produtos/serviços e legislativos. Vanderley Ziger, Diretor Presidente do INFOCOS enfatiza que:

“(...) a criação do Instituto de Formação se deu em um primeiro momento para atender as demandas de formação dos nossos agricultores que se tornaram gestores das cooperativas, mas no momento seguinte nós pensamos também no cooperado, pois esse agricultor precisa compreender de que é que ele está sendo sócio, qual a diferença de ser sócio da Cresol e o porque ele está buscando a Cooperativa. (...) para isso temos a formação para quem entra como sócio, para os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, pensamos também em programas envolvendo as mulheres, jovens e idosos com a formação em gênero e geração, e nessa lógica também hoje temos uma formação para as crianças nas escolas que precisam compreender sobre o cooperativismo, com o programa Olhar para o Futuro, e esse é o papel do INFOCOS”(CRESOL, 2013, p. 04-05).

A formação se torna base de fundamentação aos agricultores familiares que fazem parte do projeto cooperativista, e por meio dela é um modo de se colocar em movimento para construir um desenvolvimento alternativo no qual as pessoas possam recriar seus modos de vida, cooperativamente.

O INFOCOS tem como seus objetivos: estruturar processos de formação em cooperativismo solidário, fortalecer o cooperativismo de crédito da agricultura familiar, valorizar os processos de formação, das experiências em cooperativismo, socializar experiências em formação cooperativista, buscando parcerias com demais

atores, elaborar e executar processos de formação em cooperativismo e projetos educacionais, promover a formação de agentes comunitários de crédito, produzir, pesquisar, publicar informações e conhecimentos relacionados ao cooperativismo, além de atuar na promoção do desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental.

O foco principal das atividades do INFOCOS é revitalizar a participação das pessoas, ampliando os valores e princípios do cooperativismo. Neste sentido, de acordo com o processo de formação demandado pelas Cooperativas Singulares e Bases Regionais do Sistema CRESOL, o Plano de Formação está assim organizado: Cresol Comunidade (formação do quadro social), e Cooperativa Escola (ações de formação para diretores e colaboradores), relatado por INFOCOS (2013, p. 11).

O INFOCOS reforça que tem em sua caminhada o compromisso de garantir democracia, a articulação com os movimentos e organizações afins, a direção e gestão das cooperativas pelos agricultores familiares, a transparência, a descentralização, a honestidade, a solidariedade, a cooperação e a ética, proporcionando momentos de debate, de reflexão e utilizando-se de metodologias adequadas à seu público, através de todos os seus processos de formação.

A seguir, estão descritos alguns programas de formação do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário, estruturados em dois eixos: Cresol Comunidade e Cooperativa Escola. (INFOCOS, 2013, p. 16):

3.4.1. Cresol Comunidade

Seu objetivo é a formação do quadro social, e está dividido da seguinte forma:

Curso para Novos Sócios: elaborado para novos associados das cooperativas singulares. Aborda conteúdos sobre o Sistema, Cooperativas Singulares, Produtos e Serviços e direitos e deveres dos associados. Este processo de formação acontece no momento que as cooperativas singulares do Sistema CRESOL associam novos cooperados(as). Objetiva aproximar a cooperativa de seus associados(as). Tal processo de formação deve acontecer a todos os agricultores familiares que tornam-se novos cooperados. Para isso, cada cooperativa singular elabora este momento, de forma que proporcione um espaço para o diálogo. Mesmo

sendo tão importante, esta formação tem sido um grande desafio para as cooperativas, afinal muitos dos novos associados não disponibilizam ou não podem disponibilizar este tempo para participar.

Programa Um Olhar para o Futuro: proporciona a aprendizagem do cooperativismo solidário ao espaço escola. O objetivo principal do programa é proporcionar o conhecimento para as crianças sobre o cooperativismo solidário, a agricultura familiar e a educação financeira, além de incentivá-las à cooperação, ressaltando a importância dos valores humanos. O Programa trabalha com alunos matriculados nos 4º e 5º anos do ensino fundamental. Ele é realizado nas escolas da rede municipal, após autorização da Secretaria de Educação.

É executado pela Cooperativa CRESOL e seus Agentes de Formação Infantis, que recebem formação continuada pela equipe do Instituto INFOCOS. O programa inicia-se no mês de março e termina em novembro, com encontros mensais nas escolas que tem duração de aproximadamente uma hora e meia. Em cada aula os alunos recebem um livro da Coleção Um Olhar para O Futuro, cujos temas dividem-se em: 1) Somos Seres Sociais e Cooperativos; 2) O que é Cooperativismo; 3) Surgimento do Cooperativismo; 4) Como funciona uma cooperativa; 5) Educação Financeira; 6) Valores e Princípios do Cooperativismo; 7) Tipos de Cooperativas existentes no Brasil.

Caso haja necessidade, são disponibilizados exemplares com caracteres ampliados (para alunos com baixa visão) e em Braille. Outra atividade prevista dentro do Programa é o Projeto Cooperação, que é um conjunto de atividades desenvolvidas pelos Agentes de Formação Infantil em parceria com alunos, pais e comunidade em geral. Ele deverá ser realizado através de atividades coletivas, com tema transversal aos trabalhados na Coleção anteriormente citada.

Em 2014 o programa atendeu 7237 participantes, em 42 cooperativas e 19 Unidades de Atendimento, totalizando 63 municípios.

Um dos grandes desafios é adaptar trechos que contêm nas histórias, fatos regionais para que sejam substituídos e atender todas as regiões participantes do programa de acordo com suas especificidades locais. Por isso o trabalho do Agente de Formação Infantil é de fundamental importância na dinâmica das atividades em sala, bem como o envolvimento dos professores e das Secretarias de Educação municipais.

É fundamental acrescentar que o Programa está sendo repensado, já que tem atendido um número expressivo de escolas urbanas. O foco principal são as escolas do campo, cujos alunos são oriundos da área rural. Para isso, o INFOCOS, bem como seus profissionais dialoga a respeito desta dinâmica.

Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento: O Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento é um processo de formação desenvolvido pelo Sistema CRESOL, visando o fortalecimento da cooperativa junto ao seu quadro social.

Desde seu início, a CRESOL tem como público prioritário os Agricultores Familiares, sendo que a mesma surge de um processo de organização e luta pelo crédito em que os Agricultores se colocaram enquanto sujeitos para gestão e controle social de sua cooperativa de crédito.

O Programa é criado no ano de 2000, evidenciado pela necessidade de manter um processo organizativo e de formação, a partir da estrutura organizativa e social das cooperativas e entidades parceiras.

Os Agentes Comunitários de Desenvolvimento são formados por lideranças que representam a cooperativa em suas comunidades. Eles reúnem-se mensalmente para debates e diálogos em torno de temáticas pertinentes ao contexto local, regional e territorial. A dinâmica de cada encontro deve acontecer segundo as características e especificidades locais, sendo que os textos propostos nos materiais são sugestões de debate para os grupos.

Programa de Formação de Lideranças: inclui o quadro social no debate político e estratégico da CRESOL, discutindo temas de interesse da comunidade (CRESOL, 2013, p. 24).

Programa Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário: ele é realizado em parceria com a UNICAFES, a Central CRESOL Baser, ONG Trias e INFOCOS. Objetiva fortalecer as relações entre homens e mulheres no cooperativismo solidário, incentivando a participação da mulher na unidade produtiva, nos grupos associativos e produtivos da agricultura familiar e da economia solidária. O Programa é coordenado por um grupo gestor que conta com representantes das organizações parceiras e de coordenadoras regionais.

Portanto, o programa capacita jovens e mulheres agricultores familiares, criando grupos comunitários, fortalecendo o papel deles no âmbito familiar, nas cooperativas e na sociedade (CRESOL, 2013, p. 24). Atualmente abrange 4 regiões do Estado, atendendo em média 600 mulheres, divididas em aproximadamente 60 grupos produtivos.

Apesar deste programa de formação específico a jovens e mulheres, trabalhar com gênero nas cooperativas é um grande desafio. Observa-se neste estudo, inclusive uma irrisória presença das mulheres nos processos decisórios nas cooperativas. Portanto, tal formação enfrenta um processo lento de diálogo e real participação.

Programa de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural – ATER e Programa Revitaliza: disponibiliza serviços de acompanhamento e assessoria na lógica da diversificação, como estratégia para melhorar a qualidade da aplicação do crédito e agregação de valor à produção. Atualmente, o Sistema possui mais de 80 técnicos atuando nas cooperativas com parceiras locais, ou com profissionais de carteira interno (CRESOL, 2013, p. 25).

Programa de Habitação Rural – HABITASOL: oportuniza aos cooperados a construção de moradias no campo, em parceria com os Governos Federal, Estaduais e Municipais (CRESOL, 2013, p. 27). Utiliza materiais específicos para realizar oficinas com as famílias beneficiadas. Muitas temáticas são abordadas, entre elas o cuidado com a casa e com a propriedade rural, além da preocupação ambiental, que sempre está contemplada nas oficinas.

Programa de Cadeias Curtas: ainda em construção, por se tratar de um programa recente. Visa trabalhar a industrialização e comercialização, objetiva agregar valor e renda ao trabalho no meio rural, como afirma INFOCOS (2013, p. 23).

A seguir, exemplificarei os processos de formação articulados ao Cooperativa Escola.

3.4.2. Cooperativa Escola

A Cooperativa Escola abrange todo o Sistema CRESOL Baser através dos Programas de Educação, Formação e Informação.

É destinado para os Conselheiros Diretores, com o Curso para Candidatos, Curso para Conselheiros Eleitos de Administração e Fiscal, Curso Avançado para os Conselhos de Administração e Fiscal, Curso para Diretores Executivos, Curso para Presidentes bem como Seminários de Sustentabilidade, e os Seminários das Bases Regionais com os Conselheiros Diretores e Colaboradores, com a participação da Executiva da Central CRESOL Baser.

Além disso, também agrega os Programas de Educação, Formação e Informação para os Colaboradores (Funcionários) do Sistema CRESOL Baser e Coligadas, com os Cursos: De integração para Novos Colaboradores, Cursos Online de Caixa, Analistas de Crédito, Segurança, Seguros e outros.

Os cursos apresentam temas de forma expositiva, com debates de grupos, reflexões, sínteses, encenações, representações, dias de campo, visitas às Unidades de Produção, trocas de experiências e outros.

Todos os Cursos do Programa têm especificidades particulares a serem observadas no encaminhamento dos mesmos.

Programa de Formação Continuada para Diretores: constantemente novos cooperados são eleitos. Desta forma, é necessário oferecer formação em cooperativismo de crédito, papéis e responsabilidades dos diretores, estrutura e funcionamento estratégico do Sistema CRESOL, dentre eles: Curso para Candidatos a Conselheiros, Curso para Conselheiros Eleitos de Administração e Fiscal, Cursos para Direção Executiva das Cooperativas (CRESOL, 2013, p. 28).

O Curso de Candidatos a Conselheiros Administrativos e Fiscais possui carga horária de 16 horas, contemplando temáticas institucionais, técnicas, além de analisar a conjuntura política e econômica da agricultura familiar.

O Curso para Conselheiros Eleitos Fiscais e Administrativos também tem carga horária de 16 horas e aprofunda o debate acerca de temáticas como: Desenvolvimento Sustentável, Governança, Gênero e Geração, Liderança Comunitária, entre outras. Além disso, trata de conteúdos que ficam sob responsabilidade da Auditoria, Gestão e Negócios e Carteira de Crédito.

Após tais formações, todos os Diretores continuam a passar por outros processos de formação, de forma contínua e agregando outras temáticas: dentre elas, a formação política.

Seu desafio é aliar debates estratégicos às necessidades dos diretores – a demanda técnica e operacional que eles solicitam. Para isso, elabora-se uma metodologia que tente contemplar estes dois momentos.

Programa de Formação Continuada para Colaboradores: promove momentos de formação para Colaboradores de todas as instâncias do Sistema CRESOL Baser, promovendo a formação social, fortalecendo o debate em Cooperativismo Solidário. O Programa possui as seguintes etapas: Integração para Novos Colaboradores, Curso de Matemática Financeira (EaD), Curso para Operadores de Caixas e Analistas de Negócios (EaD), Cursos de Aperfeiçoamento e especialização por meio de convênios com Universidades (CRESOL, 2013, p. 28), além dos mais recentes: Curso para Analista de Crédito (presencial), Curso Básico de Seguros (presencial), Curso de Políticas de Capitalização, Política Tarifária, Política de Captação – Depósito a prazo (em formato de vídeo aulas) e Curso de Planejamento Comercial, além de inúmeros outros que estão em constante processo de construção.

Todos estes cursos são frutos de demandas oriundas das cooperativas singulares, para aperfeiçoamento dos colaboradores. O INFOCOS os constrói em conjunto com as áreas técnicas do Sistema Cresol.

Entretanto o INFOCOS entende que é fundamental tentar aliar a estes temas, uma metodologia pensada de forma dialógica, onde haja integração e reflexão nas atividades propostas. Essa não é uma tarefa fácil e simples. Isso é sempre um desafio.

Todos estes programas vinculados ao INFOCOS possuem a missão de, além de formar e capacitar cooperados, dirigentes e colaboradores do Sistema CRESOL, reforçar os princípios e valores do cooperativismo solidário numa sociedade cada vez mais competitiva. Ela utiliza-se de materiais didáticos e metodologias adequadas ao público, seja através de cursos presenciais ou formações continuadas na modalidade à distância.

Como forma de exemplificar as formações que o INFOCOS proporciona aos seus dirigentes, colaboradores e cooperados, compreendi como interessante enriquecer este estudo com imagens de alguns dos materiais construídos pela equipe pedagógica do INFOCOS, bem como seus dirigentes.

A imagem 01 apresenta alguns dos materiais do Programa Cooperativa Escola, destinado à formação dos dirigentes, dos candidatos a Conselho Fiscal e Conselho Administrativo das cooperativas do Sistema CRESOL, além da formação para novos colaboradores do Sistema.

Tal material é construído pela equipe pedagógica do INFOCOS, em conjunto com as áreas técnicas do Sistema CRESOL, proporcionando uma formação presencial com debates, diálogos e trabalhos em grupo.

Imagem 01: Materiais de formação para dirigentes e novos colaboradores.



Imagem: Karoline Ribeiro.

As imagens 02 e 03 apresentam uma parte dos materiais construídos para a formação dos cooperados do Programa CRESOL Comunidade: Programa Gênero e Geração, Educação Financeira, Um Olhar para o Futuro, Programa para Novos Sócios, Habitasol, bem como outras cartilhas para distribuição aos cooperados, como por exemplo: Guia do Agricultor Familiar, que traz o Calendário Lunar como seu assunto principal, além das Cartilhas do Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento.

Imagem 02: Materiais do Programa Cresol Comunidade.



Imagem: Karoline Ribeiro.

Imagem 03: Cartilhas do Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e apostilas do curso de Iniciação Profissional em Gestão em Desenvolvimento com ênfase em cooperativismo.



Imagem: Karoline Ribeiro.

A imagem 03 contempla também algumas apostilas que foram usadas como subsídio para o curso de Iniciação Profissional em Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo, a primeira experiência de parceria com universidades,

desenvolvida em 2006 com a Escola Técnica da Universidade Federal do Estado do Paraná, com a UNICAFES e a Central CRESOL Baser.

Seu objetivo principal era oportunizar ao quadro social, diretores (as), colaboradores (as), parceiros e agricultores (as) comprometidos com a agricultura familiar, a formação em cooperativismo e qualificação profissional.

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná ajudou a construir o currículo do curso, na validação e na certificação do mesmo. Os tutores eram atores fundamentais, acompanhando os educandos, facilitando o processo. A equipe do INFOCOS construiu o debate e organizava a trajetória do curso. Os professores externos ao INFOCOS vinham de outras universidades, institutos, organizações, sindicatos, entre outros. A UNICAFES e a Central Cresol Baser contribuíam na articulação e na busca por recursos financeiros.

O curso era desenvolvido através de vídeo aulas, com momentos presenciais e auxílio de tutores. Todo material desenvolvido era de responsabilidade da equipe do INFOCOS, bem como as videoaulas.

O curso estruturava-se em 4 módulos de 200 horas, abordando diferentes temas em cada livro, incluindo a problematização e trabalhos que eram encaminhados para se realizar nas entidades, na comunidade e na família, o chamado Tempo Comunidade, ou seja, em formato de alternância.

Esta formação envolveu 55 municípios, contemplando 1.154 alunos, cuja escolaridade era na grande maioria composta por agricultores (as) com ensino médio completo (41,94%), seguido por alunos com ensino superior, mas também com uma parcela significativa de agricultores (as) pouco escolarizados. Destes, a maioria - 65% eram homens, na maioria membros do Conselho de Administração das cooperativas, associados e colaboradores do Sistema CRESOL.

Na sequência vieram os cursos de Pós Graduação com a Unipar e Unioeste, campus de Francisco Beltrão/PR, sendo que com a Unioeste, houve a formação e capacitação de 03 turmas (a primeira em 2008, e a terceira turma finalizando em 2013) de pós-graduação em Gestão em Cooperativismo Solidário atendendo colaboradores e diretores do Sistema.

Na Unipar, além de colaboradores e dirigentes do Sistema CRESOL, outros alunos que tinham interesse na formação em cooperativismo puderam participar.

Alguns docentes eram da própria instituição e outros professores externos foram convidados a contribuir. Destas turmas, diversos artigos foram elaborados, resultando em livros contendo o material produzido por seus alunos, em conjunto com os respectivos orientadores, sendo: Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário, publicado em junho de 2010 e Cooperativismo Solidário – Análise das Experiências do Sistema CRESOL como Ferramenta de Inclusão Social, publicado em 2013.

A terceira turma disponibilizará suas pesquisas para elaboração de uma terceira obra, que será apresentada durante o ano de 2015, em comemoração aos 20 anos do Sistema CRESOL. O Instituto INFOCOS será responsável pela sistematização dos artigos, bem como sua posterior publicação.

A imagem 03, apresentada abaixo demonstra os dois livros construídos com artigos produzidos por alunos e seus orientadores nos cursos de Pós Graduação descritos anteriormente. Toda sistematização deste material ficou sob a responsabilidade do INFOCOS.

Imagem 04: Livros produzidos nas duas Pós-Graduações que surgiram da parceria entre INFOCOS e Universidades.



Imagem: Karoline Ribeiro.

Além disso, a equipe pedagógica do INFOCOS está estruturando uma proposta de pesquisa de artigos, dissertações e/ou teses relacionadas ao Sistema CRESOL durante seus 20 anos de história. O objetivo é valorizar os pesquisadores e seus orientadores pelo interesse e pela enorme contribuição ao conhecimento,

bem como montar uma base de dados para disponibilizar no site para futuras consultas e pesquisas.

Ainda em 2013, o Instituto modernizou seu processo de formação, optando pela modalidade de Educação a Distância (EaD) como alternativa para minimizar as distâncias entre as áreas de abrangência das cooperativas que compõe o Sistema CRESOL. Desta forma, surge o Programa de Formação Continuada do Sistema CRESOL (PROSOL).

O PROSOL é um projeto de formação continuada, desenvolvido através de Convênio de Cooperação entre Central CRESOL Baser, INFOCOS e Núcleo de Educação a Distância da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (NEAD), iniciado em junho de 2013.

Uma de suas ações é o desenvolvimento do Curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, que tem por objetivo oferecer oportunidades de estudos em nível de aperfeiçoamento ou especialização, na modalidade de educação à distância para dirigentes, colaboradores e agricultores e agricultoras familiares associadas do Sistema CRESOL Baser. A busca pela UNICENTRO se deu por esta ser referência no estado do Paraná como modelo em educação à distância.

O curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural em nível de aperfeiçoamento e especialização é uma das ações do PROSOL, e tem carga de 680 horas, distribuídos em 24 meses. Um dos fatores positivos foi a abertura dada pela Universidade para que o curso fosse construído a partir das necessidades da CRESOL, inserindo temas e carga horária pertinentes à nossa realidade.

No nível de Aperfeiçoamento ele possui dez (10) disciplinas, contemplando 737 alunos, e na Especialização doze (12) disciplinas com 282 alunos.

Nesta atividade, a Central CRESOL Baser e o Instituto INFOCOS são atores permanentes na divulgação, coordenação e monitoramento dos alunos, possibilitando espaços de debates que auxiliem no desenvolvimento do curso, e das disciplinas durante o período de execução.

Os alunos contam com estrutura de apoio para estudo e informações, com as cooperativas singulares, nas Bases Regionais, por meio dos coordenadores de formação, e também o Instituto INFOCOS junto a UNICENTRO na formatação e desenvolvimento da ferramenta de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Apresenta como ferramentas: A) Ambiente *Moodle*: ambiente de aprendizagem para interagir e postar textos e atividades desenvolvidas pelos educandos. Seu objetivo é

promover a articulação da teoria e prática, aprofundamento de conteúdos e socialização do saber. B) Material de apoio didático: cada disciplina é composta por artigos de periódicos, como subsídio para dinamizar as discussões. C) Web conferência: realizadas pelos professores, em cada disciplina, contendo os temas já trabalhados. As dúvidas são postadas no *moodle*. D) *E-Books*: é um CD interativo complementar aos estudos. Nele constam textos, indicações de leitura, vídeos, materiais em áudio, bibliografias, *links* para acesso à internet, entre outros. E) Vídeos: contém a apresentação de cada disciplina. F) Guia do Estudante: contém informações importantes a respeito do curso.

No entanto, baseado nas informações prestadas pela responsável pelo programa no INFOCOS, a pedagoga Rosiane Dalacosta, durante a construção do curso, um dos grandes desafios encontrados foi sobre os entendimentos diferenciados sobre o conceito que a Universidade apresenta sobre cooperativismo, e o que é a prática de cooperativismo vivido no Sistema CRESOL. Foi possível perceber uma considerável distância entre estas percepções.

A universidade apresenta ainda em alguns momentos uma visão de cooperativismo mais empresarial, tradicional que é o que o mercado demanda, ou seja, profissionais se sejam formados e capacitados para este perfil. Mesmo que o Sistema CRESOL esteja construído numa outra perspectiva, a do princípio da solidariedade como essência do cooperativismo, apresenta grandes dificuldades em aplicá-la em sua realidade, como já descrevi em tópicos anteriores. Sua visão e seus princípios são fundamentados na ajuda mútua, na coletividade, na inclusão social, entre outros, porém está cada vez mais difícil adequar-se a esta missão, já que o mercado e a realidade levam ao contrário – à competição, à operacionalidade e racionalidade acima de tudo.

Essas observações têm sido feitas pelos alunos tanto do curso de Aperfeiçoamento quanto do nível de Especialização, fundamentados em diversos fatores: conteúdo que não atende a realidade local de cada cooperativa ou região, material didático não suficientemente claro, dificuldade e limitações para acesso ao *moodle*, entre outros.

Mesmo sendo a educação à distância uma modalidade que tem se destacado no âmbito da educação, com suas ferramentas de rápida abrangência e interatividade, ela ainda possui inúmeras limitações, principalmente quando se

discute o conhecimento e o acesso à elas, muitas vezes limitado. Esses desafios são constantemente vivenciados e ouvidos pela equipe pedagógica do INFOCOS.

Fundamentado nestes desafios, o Instituto INFOCOS pretende ampliar o diálogo e o debate com a Universidade, buscando alinhar as perspectivas, bem como elaborar as propostas e materiais pedagógicos de forma mais articulada e próxima à realidade, de modo que a mesma proporcione aos discentes dos cursos futuros um conteúdo mais ligado aos conceitos propostos pelo cooperativismo solidário, mesmo que muitas vezes o mercado exija o contrário. É necessário que o INFOCOS e o Sistema CRESOL mantenham suas percepções e procurem permanecer em sua proposta, mesmo que em alguns momentos isso possa parecer difícil.

Apesar destas limitações existentes no ensino à distância, o EaD aparece como uma modalidade de oferta de educação que atende às demandas do mercado, mas também como um novo modo de acesso à educação, mais adequado às aspirações e características das diferentes clientelas. O importante, do ponto de vista da sociologia da educação e das políticas públicas do setor, é compreender as inovações pedagógicas e educacionais exigidas pela combinação entre aquelas demandas crescentes e as incríveis possibilidades de comunicação e interação a distância oferecidas pelo avanço técnico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). (BELLONI, 2005, p. 188).

Esta pesquisa apresenta um dado interessante quando se refere à percepção dos cooperados frente à modalidade de ensino preferencial. O ensino à distância apresenta uma fatia considerável da preferência deles: dos 77 entrevistados, 32,5% a consideram como ideal, contrastando com 35,1% daqueles que ainda preferem o ensino presencial. Ou seja, mesmo que o ensino presencial ainda seja considerado como ideal, é inegável que o EaD tem uma grande importância nesta fatia de entrevistados.

É importante acrescentar sua importância como metodologia de ensino, devido à flexibilidade de horário que os alunos podem dispor, a facilidade de não precisar deslocar-se, diminuindo custos e tempo, muitas vezes escasso.

Aliado a isso, pode-se ampliar ainda mais o debate: apesar de suas inúmeras vantagens na difusão rápida do “conhecimento”¹¹, ela torna-se limitada, por não possuir a interação educador-educando, por não levar em consideração a realidade vivenciada por determinados sujeitos e/ou contextos onde os mesmos estão inseridos, bem como realizar uma leitura crítica da realidade local.

Belloni (2005, p. 190) enfatiza que a educação à distância exige inovações pedagógicas, didáticas e organizacionais constantes, afinal esta modalidade a diferencia do ensino presencial quanto ao contato professor e aluno e a mediação tecnológica, que é fundamental na interação entre aluno e Instituição de ensino.

Baseado nestas duas análises torna-se importante enfatizar que, apesar das limitações críticas que a educação à distância nos apresenta, ela é realidade e tendência em praticamente todas as universidades, instituições e organizações, pela sua vantagem em disseminar o “conhecimento” de forma muito rápida e flexível, porém limitando-se a não ouvir e muitas vezes, não dialogar com as especificidades locais e de cada contexto.

Portanto, é necessário que haja cuidado na construção nas propostas pedagógicas e curriculares, com o uso de subsídios e métodos que levem os educandos à reflexão do que estão lendo. Talvez este seja o grande desafio que a educação à distância ainda enfrenta, inclusive sendo uma preocupação do INFOCOS, quando da construção de seus cursos, tendo em vista que, por ser um Sistema de Cooperativas de Crédito com abrangência nacional, necessita utilizá-la para que haja mais rapidez nos processos. Entretanto isso não deixa de ser, e provavelmente, continuará sendo, uma grande preocupação da equipe pedagógica do INFOCOS, que apesar de construir materiais riquíssimos ligados ao cooperativismo solidário, seus princípios e valores, ao desenvolvimento sustentável, à agricultura familiar, à preocupação com a inclusão dos excluídos socialmente, entre inúmeros outros, está inserido em um Sistema de Cooperativas que disponibiliza crédito, e por isso tem uma característica bastante técnica e operacional, gerando muitas vezes, um conflito de ideias e ideais.

¹¹ Acrescentei *aspas* à palavra conhecimento por entender que, neste contexto, disseminá-lo através de ferramentas *online* e à distância pode não representar o que de fato possa ser interpretado como conhecimento. Faltaria o diálogo e interação educador-educando.

Assim, no Capítulo IV, através de pesquisa de campo e coleta de dados por meio de questionário, será possível visualizar importantes dados que fundamentaram a discussão acerca da educação e formação cooperativista. Ela me proporcionou subsídios para que se possam concluir os desafios que o tema ainda enfrenta na sociedade.

4. CAPÍTULO IV – Um Foco sobre os Cooperados e Dirigentes

Este capítulo trará resultados e a discussão dos dados coletados durante o Congresso Nacional da UNICAFES, realizado em Brasília/DF em maio/2014. Na oportunidade diversas lideranças, autoridades, dirigentes e cooperados de todos os estados brasileiros estiveram presentes para dialogar e discutir os rumos do cooperativismo solidário no cenário nacional.

O intuito da coleta de dados durante este Congresso foi conhecer melhor os anseios, desafios e perspectivas de cooperados e dirigentes de cooperativas dos mais diversos ramos quanto à formação, gestão e capacitação em seus empreendimentos, já que o evento reunia lideranças e cooperados de todos os estados brasileiros. Além disso, coletar dados referentes ao perfil dos cooperados (as).

O objetivo é proporcionar um debate e uma reflexão acerca da construção da formação para o cooperativismo. Além disso, analisar o envolvimento e a contribuição dos parceiros para esta construção, bem como identificar os atores responsáveis e envolvidos neste processo.

A seguir, apresento alguns quadros com os resultados coletados, bem como a discussão.

A sigla apresentada nos quadros pelas letras NOP/NS referem-se à: não opinou e/ou não sabe.

Os questionários aplicados são compostos por cinquenta perguntas que levaram em consideração diversos aspectos, que envolveram desde dados socioeconômicos e geográficos, passando pelos anseios da formação e desafios enfrentados para gestão das cooperativas do ramo solidário no Brasil.

Através das respostas oriundas do questionário aplicado, será possível compreender de que forma Paulo Freire e Bruno Latour contribuem com a discussão destes importantes dados para a construção da formação cooperativista, e de que forma isto poderia acontecer, já que os dados nos trarão subsídios a respeito do perfil dos cooperados (as) e dirigentes presentes no evento, bem como seus anseios em determinados temas para formação nas cooperativas de ramo solidário.

O quadro 02 demonstra que 79,2% dos entrevistados são do sexo masculino, representando um dado importantíssimo para a reflexão sobre temas relacionados inclusive a gênero, já que a grande maioria dos cargos de dirigentes, e mesmo de cooperados nos empreendimentos ainda está atribuído aos homens.

O INFOCOS, com as relações de gênero sempre inclusas em seus debates, apresenta materiais específicos para os trabalhos com estes grupos, ampliando a discussão agregando, além do gênero, a juventude e a sucessão familiar nas propriedades rurais. Mesmo assim, ainda é um grande desafio a inclusão dos jovens e principalmente das mulheres, especialmente em cargos de liderança nas cooperativas. Isso pode ser justificado por uma herança cultural, muito enraizada ainda. Entretanto, as mulheres agregam características diferenciadas, sendo muito importante que elas estejam inseridas no contexto de tomada de decisões. Por isso, os trabalhos com gênero e com juventude devem ser sempre fortalecidos na formação, incluindo-os em todas as discussões, não apenas como números ou percentuais exigidos, mas sim como sujeitos!

Quadro 02: Sexo dos cooperados (as) e dirigentes.

	Frequência	Porcentagem
Homens	61	79,2%
Mulheres	13	16,9%
NOP/NS	03	3,9%%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

O quadro 03 apresenta-nos a faixa etária entre 41 e 50 anos como predominante nas cooperativas, seguida pela idade de 51 a 65 anos. É a partir destes dados que fortalecemos o que foi escrito anteriormente: a porcentagem de jovens em cargos de liderança nas cooperativas ainda é muito baixa. Cada vez mais é preciso avançar na inclusão deles (homens e mulheres) neste contexto. Entretanto, é necessário acrescentar que existe um grande desafio na agricultura familiar denominada sucessão nas propriedades rurais, fato este que tem impactado também na participação deles em organizações e movimentos ligados ao cooperativismo solidário.

Para isso, as organizações como INFOCOS, CRESOL e UNICAFES tem feito um grande esforço na introdução destes debates em seus processos de formação e

em suas lutas. Sabe-se que é um processo lento, nem sempre totalmente exitoso, porém necessário.

Muitos trabalhos ligados à juventude (sobretudo rural) contemplam a educação do campo, os Centros Familiares de Formação por Alternância, com sua metodologia diferenciada – a Pedagogia da Alternância, visando trazer ainda mais forte os jovens e sua realidade para o contexto da discussão sobre o cooperativismo solidário, com o objetivo de fortalecer a discussão crítica e fundamentada nos princípios e valores cooperativistas, aliado ao conhecimento por eles adquirido em salas de aula, que vai muito além de conteúdos predeterminados pelos currículos escolares.

Numa perspectiva freireana, só há enriquecimento na discussão quando diz que aprender só é possível quando os educandos se transformam em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito no processo.

Quadro 03: Idade dos cooperados (as) e dirigentes entrevistados no evento.

	Frequência	Porcentagem
Menos de 16 anos	01	1,3%
22 a 25 anos	06	7,8%
26 a 30 anos	05	6,5%
31 a 35 anos	13	16,9%
36 a 40 anos	12	15,6%
41 a 50 anos	20	26%
51 a 65 anos	18	23,4%
Mais de 65 anos	02	2,6%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Portanto, percebe-se com estes dados, que os jovens ainda não estão com espaço em cargos de direção nos empreendimentos, que podem ser observados no quadro 03: 1,3% com idade até 16 anos, 7,8% de 22 a 25 anos, 6,5% de 26 a 30 anos. A partir desta faixa etária é que podemos visualizar uma maior participação em eventos e espaços de debate.

Com isso, já que o evento em questão apresentou um número maior de participantes a partir dos 35 anos, é possível perceber que consequentemente os cargos de liderança nas cooperativas também acabam sendo ocupados por pessoas acima desta idade. O quadro 04 apresenta este dado: 49,4% exercem a função de Presidentes e 27,3% são Diretores.

Quadro 04: Que função você exerce na cooperativa?

	Frequência	Porcentagem
Presidente	38	49,4%
Diretor	21	27,3%
Conselheiro	03	3,9%
Outro	13	16,9%
NOP/NS	02	2,6%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

O quadro 05, abaixo apresentado, demonstra a escolaridade dos dirigentes e cooperados.

Quadro 05: Escolaridade dos dirigentes e cooperados entrevistados no evento.

	Frequência	Percentual
Primeira à quarta série	03	3,9%
Ensino Fundamental incompleto	06	7,8%
Ensino Fundamental completo	09	11,7%
Ensino médio incompleto	05	6,5%
Ensino médio completo	29	37,7%
Curso superior incompleto	08	10,4%
Curso superior completo	17	22,1%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Percebe-se que o nível de escolaridade continua se concentrando no ensino médio completo com 37,7%. Quando se fala no ensino superior, observa-se que mais dirigentes estão tendo acesso à educação superior, representada por 22,1%, com graduação completa.

O fato de uma parcela considerável de dirigentes e cooperados (as) terem concluído o ensino superior pode ser justificado devido ao acesso mais facilitado ao ensino superior, à sua expansão e à sua abertura em novas metodologias de ensino, incluindo a educação à distância e as parcerias que vem se firmando entre as instituições de nível superior e os empreendimentos e organizações sociais.

O quadro 06 apresenta-nos dados referentes aos ramos das cooperativas presentes e entrevistadas no Congresso Nacional da UNICAFES.

Observa-se que a grande maioria são dirigentes e cooperados (as) de empreendimentos do ramo de Crédito, com 39% dos entrevistados, seguido pelas cooperativas de Produção que contempla 19,5%. O ramo do Crédito foi citado em outras opções, juntamente com as cooperativas de Comercialização e Produção.

Quadro 06: Ramos de cooperativas entrevistadas no Congresso Nacional da UNICAFES.

	Frequência	Percentual
Comercialização	05	6,5%
Produção	15	19,5%
ATER	06	7,8%
Crédito	30	39%
Outro	01	1,3%
Comercialização/Produção/Crédito	02	2,6%
Comercialização/Produção	13	16,9%
Produção/Crédito	01	1,3%
Comercialização/Crédito	02	2,6%
Crédito/Outro	01	1,3%
NOP/NS	01	1,3%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

O fato de as Cooperativas de Crédito estarem agregadas às de Comercialização e Produção em alguns dos itens, justifica-se por alguns dos entrevistados serem dirigentes e cooperados (as) de Cooperativas tanto de Crédito quanto de outros ramos.

Remetendo novamente aos dados referentes à escolaridade nos é possível chegar à seguinte discussão: possuir ensino superior e atuar em cargos de direção tem um lado positivo, afinal ter uma formação específica para determinadas funções que lhe são atribuídas, além de uma carga horária considerável de outras disciplinas, fortalece as ações de gestão da cooperativa.

Porém, como já debatemos anteriormente, muitas vezes os conteúdos das grades curriculares universitárias não provocam nem instigam a reflexão crítica necessária e por que não dizer, desejada.

Não se pode considerar que alguém que tenha graduação é mais ou menos competente do que os demais dirigentes portadores de ensino médio apenas. A reflexão a que se deve considerar é as limitações que se apresentam no dia a dia quando se refere principalmente à gestão dos empreendimentos.

Deve-se considerar que os saberes acumulados, trazidos da vivência de seu cotidiano, bem como do contexto de lutas nas quais eles foram sujeitos e muitas vezes protagonistas são profundamente importantes.

Agrega-se com isso o conhecimento que vem sistematizado e mais cientificamente construído pelas instituições de ensino superior, seja presencial ou na modalidade à distância.

Portanto, Paulo Freire traz esta enorme contribuição à minha pesquisa quando afirma que todo saber empírico deve ser considerado, ouvido e dialogado entre educador e educando, sendo que serão agregados num processo de construção final do conhecimento onde diversos e diferentes outros atores irão se aliar, compondo uma rede muitas vezes conflituosa, porém muito rica. Esta teoria de redes é apontada na pesquisa a partir da percepção de Bruno Latour.

Aliado à formação dos dirigentes, estão os problemas, desafios e anseios por eles enfrentados e demonstrados na gestão das cooperativas.

Para isso, o questionário aplicado elaborou questões nas quais eles pudessem expressar esta angústia. O quadro 07 nos apresenta estes dados.

Quadro 07: Principais problemas relacionados à gestão nas cooperativas.

	Frequência	Porcentagem
Legislação	16	20,8%
Contabilidade/finanças	07	9,1%
Administrativa	06	7,8%
Assistência técnica	16	20,8%
Comunicação com os sócios/comunidade	13	16,9%
Legislação/cont./adm./assist. técnica/comunicação sócios	01	1,3%
Legislação/cont./assistência técnica	01	1,3%
Legislação/cont./adm./comunicação com sócios	01	1,3%
Legislação/assistência técnica	03	3,9%
Adm./assistência técnica/comunicação com sócios	02	2,6%
Contabilidade/assistência técnica	02	2,6%
Legislação/administração/comunicação com sócios	01	1,3%
Administração/assistência técnica	02	2,6%
Legislação/administração/assistência técnica	01	1,3%
Assistência técnica/comunicação	02	2,6%
Cont./assistência técnica/comunicação com sócios	01	1,3%
NOP/NS	02	2,6%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Alguns dos entrevistados assinalaram duas ou mais opções por considerarem que uma questão apenas não contemplava plenamente o problema.

Para fortalecer a discussão sobre o quadro anterior, onde visualizamos as dificuldades técnicas para gestão nas cooperativas, podemos utilizar um exemplo - o Programa de Formação de Diretores do Instituto INFOCOS e Sistema CRESOL. Apesar dos temas estratégicos para debate como forma de fortalecimento da conjuntura e do cooperativismo solidário, a demanda e o foco maior dos dirigentes continuam sendo os temas operacionais e técnicos. Mesmo assim, o INFOCOS acredita que é necessário manter o debate reflexivo, evitando que tais diálogos fiquem distantes da formação, e para isso, mesmo abordando tais temáticas operacionais, inclui neste processo de capacitação uma metodologia dialógica que contempla inclusive reflexões e diálogos estratégicos.

Assim, neste quadro as demandas sobre a legislação, contabilidade, administração, assistência técnica, comunicação com os sócios estão agregadas e por diversas vezes, juntas. Isso significa dizer que, sem dúvidas, são os maiores desafios impostos no dia a dia das cooperativas. No que se refere à assistência técnica, ela é dos grandes gargalos das cooperativas. Atualmente ela representou 20,8% das respostas.

Para isso, é fundamental realizar uma retomada histórica do contexto da assistência técnica no Brasil, bem como seus anseios, seus propósitos e a forma como ela vem sendo praticada atualmente, o que justifica ser ainda um dos grandes desafios dos empreendimentos solidários: a ATER cooperativada, diferenciada.

Freitas (2007, p. 14) acrescenta que o Sistema Brasileiro de Extensão desembocou na criação da EMBRATER que coordenou as ações de extensão rural no Brasil até ser extinta, em 1990. Seu foco era a transferência de tecnologia agropecuária. Isso trouxe como grande consequência o desenvolvimento do capitalismo no campo, causando inúmeros prejuízos ambientais e sociais.

Por isso, é importantíssimo que a assistência técnica seja pensada de forma holística, considerando os saberes populares, e não a “receita pronta”, os chamados pacotes.

Paulo Freire (1983, p. 11) reforça que a ação extensionista não deve acontecer sobre o fenômeno ou desafio sem que se leve em consideração a presença humana naquele contexto. Ela deve melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, de forma sustentável.

Deve ser uma assistência técnica que ouça os agricultores (as), dotados de seus saberes empíricos e que os leve em consideração, lembrando que na unidade produtiva existem pessoas, presentes em contextos diversos, culturas diferentes e isso precisa ser valorizado. Este é o perfil de técnicos que as cooperativas da agricultura familiar e economia solidária necessitam.

(...) não se trata mais de ir a campo com o afã de capacitar a outrem teoricamente menos preparado para suas atividades. Trata-se sim de sermos capazes de desenvolver métodos e atividades que propiciem o avanço das capacidades destes produtores de decidirem com mais propriedade, com menos incertezas, menos temores em relação às consequências deste ato. Em resumo, deseja-se que estes autores tenham mais autonomia, mais poder, no sentido de decisões adequadas às suas necessidades e, conseqüentemente, a elevação de sua autoestima (MACHADO et al. 2006, p. 641).

A sustentabilidade agrega fatores que levam em consideração não somente a produção, mas além dela a importância de entender que na unidade de produção existe a família, representada também pela presença das mulheres, crianças, jovens e idosos, que anseiam por qualidade de vida, inclusive. Diante destes aspectos, a assistência não pode e não deve ser apenas técnica, mas contemplar uma visão holística da propriedade, e para isso os profissionais precisam ser diferenciados. Este é um grande desafio da ATER.

Infelizmente, os técnicos têm sido formados pelas universidades exclusivamente para o mercado de trabalho, de modo que não estão preparados para atender questões que vão muito além disso, na realidade, principalmente da agricultura familiar.

Portanto, para este público e para atender as necessidades demandadas pelas cooperativas é necessária a presença de profissionais com este perfil diferenciado e ao mesmo tempo, algumas vezes, raro.

Com a mesma proporção, destaca-se a dificuldade no entendimento da Legislação, apresentando 20,8% das respostas. Isso significa dizer, que muitas normativas aplicadas aos grandes empreendimentos são também cobradas às cooperativas do ramo solidário.

Neste sentido, acompanhar estas mudanças na Legislação também é um fator complexo. Além disso, alguns entrevistados relataram a comunicação com os sócios e com a comunidade um fator limitante na gestão, tendo em vista as distâncias e a falta desta tecnologia em algumas localidades rurais.

Não menos importantes estão a administração do empreendimento bem como a contabilidade, que são apontadas também como fatores limitantes à boa gestão.

Tão importante quanto estas questões, é o trabalho com a juventude rural, que representa a sucessão nas propriedades, mas também na liderança das entidades, bem como as mulheres, que representam um diferencial na gestão.

Além de conhecermos as necessidades e anseios de formação a partir de determinados temas, no quadro 08 apresentado abaixo, realizei o cruzamento de dados, de forma que se pudessem analisar quais os temas de formação e demandas por nível de escolaridade dos entrevistados.

Quadro 08: Principais problemas relacionados à gestão especificados por escolaridade dos entrevistados.

		Escolaridade							Total
		Primeira à quarta série	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior completo	Superior incompleto	
Que tipo de curso, formação você tem interesse?	Administração/formação/capacitação/assistência técnica	0	1	2	0	2	5	0	10
	Legislação/administração/formação e capacitação continuada/política	0	1	0	0	4	0	2	7
	Contabilidade/comunicação	0	0	0	1	0	0	0	1
	Administração/formação/comunicação	0	0	1	0	0	1	1	3
	Administração/formação	2	0	1	1	0	1	0	5
	Administração/contabilidade/formação	1	0	0	0	2	3	0	6
	Adm./formação/política	0	0	1	0	0	1	1	3
	Legislação/adm./assist. técnica	0	0	0	1	2	0	0	3
	Contabilidade/formação/assist. técnica	0	0	0	0	1	0	0	1
	Formação/assist. técnica/política	0	0	1	0	0	0	0	1
	Adm./contabilidade/assist. técnica	0	0	0	0	2	1	2	5
	Adm./jurídica/assist. técnica	0	0	1	0	1	0	0	2

Continuação Quadro 08

		Escolaridade							
		Primeira à quarta série	Funda- mental incomple- to	Funda- mental completo	Médio incomple- to	Médio completo	Superior completo	Superior incomple- to	Total
	Legislação/adm./ Comunicação	0	0	0	0	0	1	0	1
	Adm./formação/outro	0	0	0	1	0	0	0	1
	Legislação/contabilidade/ assist. técnica	0	0	0	0	0	1	0	1
	Legislação/formação/ assist. técnica	0	0	0	0	1	0	0	1
	Administração/jurídica/ Comunicação	0	0	1	0	0	0	0	1
	Legislação/adm./ Contabilidade	0	0	0	0	2	0	0	2
	Legislação/formação/ Política	0	1	0	0	0	0	1	2
	Legislação/jurídica/ Política	0	0	0	0	1	0	0	1
	Adm./jurídica/formação	0	1	0	0	1	0	0	2
	Legislação/adm./ Formação	0	0	0	0	2	0	0	2
	Legislação/administração	0	0	0	0	1	0	0	1
	Legislação/adm./form./ comunicação/política	0	0	0	0	1	0	0	1
	Adm./contabilidade	0	0	0	0	1	0	0	1
	Legislação/adm./jurídica/ Formação	0	0	0	0	1	0	0	1
	Adm./contabilidade/ Política	0	0	0	0	1	0	0	1
	Legislação/adm./contabili- dade/jurídica/formação/ assist. técnica/ comunicação/ política	0	0	0	1	0	0	1	2
	Adm./contabilidade/ Comunicação	0	0	0	0	0	1	0	1
	Adm./formação/ comunicação/política	0	1	0	0	0	0	0	1
	Adm./contabilidade/ formação/ assist. técnica	0	1	0	0	0	0	0	1
	Total		3	6	9	5	29	17	8

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Os que possuem nível superior, representados por um total de 17 pessoas, das 77 entrevistadas, relatam que a principal formação que necessitam é em administração e assistência técnica, bem como formações no geral. Esta demanda não é diferente para aqueles que ainda não concluírem o ensino superior, representados por 08 pessoas.

Em seguida relatam também a comunicação, a contabilidade, formação política, jurídica e legislação. Em alguns casos as respostas estão agregadas, por eles considerarem que várias demandas ainda precisam ser atendidas.

Isto representa um dado muito interessante: embora estes entrevistados possuam nível superior, consideram que precisam estar ainda mais capacitados tecnicamente para gerir os empreendimentos solidários.

É necessário enfatizar que mesmo possuindo formação superior em determinadas áreas, os profissionais não se sentem suficientemente conhecedores de todo o contexto que abrange a gestão das cooperativas.

Posteriormente podemos analisar os entrevistados possuidores de nível médio. Eles demonstram necessidades de formações técnicas em legislação, administração, formação política e jurídica, contabilidade, assistência técnica e comunicação, com respostas conjuntas, inclusive. Essas demandas são anseios de 29 pessoas, de um total de 77 entrevistados.

O quadro demonstra que uma grande parte deles considera estas formações uma necessidade para ajudá-los na administração das cooperativas. Isto pode ser demandado devido à falta de formação específica em tais áreas, já que estes cooperados (as) possuem mais práticas oriundas de sua vivência enquanto líderes cooperativistas, o que é extremamente importante para que se preserve a essência da solidariedade nestas cooperativas da agricultura familiar.

Os entrevistados com nível médio são os que apresentam demanda maior pra formação, principalmente técnica. Isso é fortalecido pela teoria discutida neste estudo. Estes cooperados (as) e lideranças entrevistadas possuem a vivência cooperativista oriunda da participação em organizações e movimentos sociais. Isto é de fundamental importância no fortalecimento do cooperativismo solidário dentro das cooperativas inseridas neste contexto atual - capitalista e cumpridor de metas.

Porém não se pode negar a necessidade de capacitações técnicas e específicas para que estes empreendimentos solidários possam ser bem administrados.

Em seguida, pode-se analisar que 09 pessoas, das 77 entrevistadas possuem ensino fundamental completo e apresentam também demandas para formação, sobretudo na área administrativa e assistência técnica.

06 pessoas possuem ensino fundamental incompleto e 03 delas, ensino básico: 1ª à 4ª série, outras 05 pessoas tem ensino médio incompleto e todas elas relatam os mesmos desafios referentes à legislação, contabilidade, administração, assistência técnica entre outros.

Desta forma, a educação tem papel fundamental, afinal ela teria o papel de formar e capacitar os sujeitos, principalmente no âmbito mais técnico e voltado à demanda. Para isso, a parceria com as universidades é muito importante, afinal a

graduação contribuiria muito no sentido de prepará-los para as funções técnicas e administrativas das cooperativas.

É possível sim aliar a essa preocupação o debate cooperativista e solidário, trabalhado por outros atores, como o INFOCOS que traz a discussão com seus cooperados (as) e dirigentes e com isso não se perca a essência cooperativista no contexto, afinal todo conhecimento já existente precisa ser considerado.

Tão importante quanto discutir a formação, é conhecer os sujeitos envolvidos, bem como as relações de gênero.

Quadro 09: Como você considera a participação das mulheres nas cooperativas?

	Frequência	Porcentagem
Ótima	14	18,2%
Boa	20	26%
Regular	34	44,2%
Ruim	08	10,4%
Péssima	01	1,3%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

O quadro 09, acima representado, mostra como os cooperados e dirigentes das cooperativas avaliam a participação das mulheres. 44,2% consideram como regular, 26% como boa e 18,2% como ótima.

Entretanto, se somarmos as porcentagens de boa e ótima teremos uma porcentagem de 44,2%, o que equivale ao mesmo número de pessoas que avaliaram como regular.

Considerando que a porcentagem regular sozinha contempla tal número, nos leva a refletir o quanto as mulheres ainda são pouco participativas e atuantes nas cooperativas, embora tenham um papel muito importante na gestão de suas propriedades.

É necessário enfatizar também que citamos anteriormente nesta pesquisa, que o INFOCOS tem um programa específico voltado às mulheres, que enfrenta inúmeros desafios para sua efetivação: o descaso em implantá-lo por parte de alguns dirigentes do sexo masculino, e até mesmo a pouca participação das mulheres, tendo em vista suas inúmeras atividades dentro da propriedade, da casa e da família.

Dando sequência à pesquisa, apresentaremos outros dados, que seguem abaixo.

Quadro 10: Como você considera a participação dos jovens nas cooperativas?

	Frequência	Porcentagem
Ótima	09	11,7%
Boa	12	15,6%
Regular	36	46,8%
Ruim	12	15,6%
Péssima	08	10,4%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

O quadro 10 apresenta-nos um recorte da avaliação da participação dos jovens nas cooperativas: 46,8% consideram como regular, seguida por boa e ruim, com 15,6%. Este dado nos leva a refletir sobre a sucessão nas propriedades e na gestão das cooperativas também.

Porém, se somarmos as porcentagens de ótima e boa teremos um total de 27,3%, um número razoável. Entretanto, mesmo assim é superado pelo regular e fortalecido pela sequência de ruim e péssima.

Infelizmente o número de jovens na agricultura familiar tem reduzido nos últimos anos, seja por falta de políticas públicas ou por oportunidades. Com isso, eles tem se afastado de funções que poderiam desempenhar nas cooperativas das quais, muitas vezes, suas famílias fazem parte.

Para tanto, a pergunta feita aos entrevistados referia-se aos cursos de formação dos quais tinham mais interesse, conforme demonstra a tabela 09. É importante acrescentar que alguns dos entrevistados sinalizaram duas ou mais opções, por entender que um tema apenas não contemplava as necessidades.

Mesmo que tenhamos debatido anseios por formação específica para a gestão das cooperativas, ainda existem outros temas que foram apontados como desejos de formação: é a Formação e Organização, seguida pela necessidade de conhecimento mais aprofundado também em Política Agrícola, por Políticas Públicas e Sociais, além da Reforma Agrária.

Quadro 11: Em quais temas para formação você tem interesse?

	SIM	NÃO	TOTAL
Reforma Agrária	7	0	7
Política Agrícola	15	1	16
Formação/Organização	25	0	25
Políticas Públicas e Sociais	9	0	9
Trabalho com mulheres	2	0	2
Trabalho com jovens	1	0	1
Política agrícola/trabalho com jovens	1	0	1

Continuação Quadro 11

		SIM	NÃO	TOTAL
	Política agrícola/formação/trabalho com jovens	1	0	1
	Formação/ trab. mulheres/trab. Jovens	1	0	1
	Reforma agrária/políticas públicas/trab. Jovens	1	0	1
	Política agrícola/jovens/mulheres	1	0	1
	Reforma agrária/política agrícola/formação/políticas públicas/mulheres/jovens	1	0	1
	Reforma agrária/jovens	1	0	1
	Política agrícola/política pública	1	0	1
	Políticas públicas/jovens	1	0	1
	Formação/políticas públicas	2	0	2
	Política agrícola/formação	1	0	1
	Política pública/formação/jovens/mulheres	0	1	1
	Política agrícola/formação/política pública	1	0	1
	Política agrícola/formação/jovens/mulheres	1	0	1
	NOP/NS	2	0	2
Total		75	2	77

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Arendt apud Melo (2011, p. 183) contribui dizendo que a construção do conhecimento acontece a partir da sua história e das redes que a compõem, estando passível de modificações em função de novas conexões que vão ocorrendo. Portanto, a educação para o cooperativismo deve levar em consideração diversas experiências vivenciadas, aprendidas e construídas ao longo do processo.

Nunes (2007, p. 02) acrescenta sobre Política Agrícola afirmando que ela tem importante papel na indução de mudanças referentes ao crédito, preços mínimos, extensão rural, sanidade animal e vegetal, além de outras mais específicas, ligadas à agricultura familiar.

De 2003 a 2007, embora a política de crédito direcionada principalmente à agricultura familiar tenha apresentado fortalecimento, ainda não tem sido suficiente para conter o processo de ampliação do poder econômico das grandes empresas (p. 03). Este é um grande desafio enfrentado e citado pelos entrevistados.

Já quanto ao debate e os anseios a respeito da Reforma Agrária, Silva (1985, p. 34) contribuiu dizendo que uma Reforma Agrária no Brasil deve ser Ampla – implantada em todo território nacional; Massiva – que não beneficie apenas alguns poucos eleitos; Imediata – com cronograma de metas; e com o controle dos trabalhadores – que não seja concebido de cima para baixo.

Ainda durante o Congresso Nacional da UNICAFES, algumas entrevistas foram coletadas, com o propósito de obter informações e experiências em seus estados. Nesta oportunidade, a entrevista abaixo descrita, relata um pouco a experiência e a opinião de um cooperado e dirigente de cooperativa a respeito da formação e capacitação e sua importância.

Para Am¹², assentado da reforma agrária de Sergipe/PE a formação cooperativista:

(...) é um processo permanente, né? É um processo que cada vez mais tem que estar presente, né? Nós somos o tempo todo “bombardeado” pelo sistema tradicional, né? Que tenta valorizar o indivíduo, né? E nós pela cooperação, pela cultura da cooperação estamos tentando resistir a isso e de certa forma o cooperativismo é um dos instrumentos, né? de resistência, então a gente entende como fundamental, né? Não há como a gente avançar sem ter uma cultura cooperativista educacional de formação, de capacitação muito forte, né? Isso é muito presente, varia, né? De grupo pra grupo. Então ela não é uniforme, né? \Tem grupos que precisa mais e tem grupos que precisam menos, mas todos precisam. E a gente entende que o próprio processo de legislação, né? a complexidade da legislação e nós que atuamos na agricultura então..na legislação sanitária, tributária, legislação jurídica, fiscal, quer dizer esse mundo não é o mundo nosso, né? Então a gente sente uma necessidade permanente de estar em processo de formação, de gestão, né? Taí a tecnologia da informação que é o que inevitável. Ou a gente se adapta e transforma processos nossos, né? utilizando até pra dar melhor transparência, melhora na participação, né? A tecnologia de informação pode ser um instrumento de fazer com que as pessoas participem, sejam comunicadas, que saia daquela forma tradicional de reunir em assembleias apenas, né? Mas que a gente possa fazer consultas, possa coletar o produto e através da coleta você já ter a tecnologia que informa que aquele produto foi coletado, a quantidade, o valor quando sai da cooperativa, né? Nós tamos caminhando pra esse processo de informatização e a educação cooperativista é algo, tem que estar permeando estas ações.

Este pequeno trecho nos remete a uma reflexão muito importante acerca da formação. A educação tradicional nos “bombardeia” com suas informações e conteúdos prontos, vinculada à tecnologia de transmissão destes saberes. É necessário e fundamental compreender que este mesmo conteúdo pode e deve ser analisado criticamente. Agregar a educação cooperativista, solidária e dialógica é fundamental para que constitua um processo de formação sólido e integral. Desta

¹² Essa abreviação refere-se à inicial do nome do entrevistado, seguido pela letra M que o classifica como do sexo masculino. A justificativa para usar determinada abreviatura é utilizada para manter sigilo sobre sua identidade.

forma é possível compreender que todo processo técnico de capacitação pode sim estar atrelado às reflexões e diálogos, considerando cada contexto e cada um dos atores e sujeitos envolvidos, respeitando suas especificidades e culturas. Contemplar os atores em sua totalidade, respeitando suas percepções e metodologias diferenciadas e também conflituosas constitui-se em um passo importante para a construção de um conhecimento integral, híbrido, fruto da riqueza de junção destes muitos fatores.

Avaliou-se também nos questionários aplicados, qual entidade poderia ser parceira no processo de formação. Isto está exemplificado no quadro 12, abaixo.

Quadro 12: Em sua opinião, quem deveria fornecer essa formação?

	Frequência	Porcentagem
Unicafes	22	28,6%
Universidades	25	32,5%
Governo	03	3,9%
Cooperativas	11	14,3%
Unicafes/Universidades/Governo	02	2,6%
Universidades/Cooperativas	02	2,6%
Unicafes/Universidades	04	5,2%
Unicafes/Governo	02	2,6%
Unicafes/Cooperativas	03	3,9%
Unicafes/Universidades/Cooperativas	02	2,6%
Unicafes/univ/governo/cooperativa	01	1,3%
NOP/NS	01	1,3%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

É possível perceber que 32,5% dos entrevistados consideram as Universidades como principais agentes neste no processo de formação, sendo seguidos por 28,6% que consideram a UNICAFES como responsável por esta capacitação.

A partir destes dados podemos verificar a importância e a necessidade de uma parceria forte entre universidades e UNICAFES, bem como de todas as outras organizações sociais que existam em cada localidade e/ou território, como forma de fortalecimento da cultura cooperativista.

Esta formação para o cooperativismo vem sendo pensada, construída e trabalhada em algumas instituições e organizações, incluindo o Instituto de Formação para o Cooperativismo Solidário (INFOCOS), vinculado ao Sistema CRESOL e parceiro da UNICAFES.

A parceria entre estas organizações com as universidades já existe, representada por diversos cursos de extensão, aperfeiçoamento e pós-graduações. Porém, é necessário avaliar criticamente o currículo universitário, no sentido de que possa atender a realidade regional e territorial em cada contexto onde está inserida.

A universidade precisa, realmente, ensinar a pensar criticamente, promovendo a produção do conhecimento. Ou seja, “divulgar saberes existentes com a reflexão crítica é o melhor modo de propiciar a produção do conhecimento” (WERNECK, 2006, p. 190).

Entretanto, para que a universidade seja uma parceira na formação que se busca, é necessário que sua responsabilidade enquanto ensino seja também estendida às áreas sociais. “Não se trata apenas de abrir pequenos espaços no currículo para a abordagem de temas humanísticos ou de artes, mas de ampliar com todo o rigor o conceito de formação acadêmica”, afirma Georgen (1998).

Para isso, nem o local nem o global devem ser considerados isoladamente, mas ambos como fatores inter-relacionados que determinam a sociedade e o homem. É, portanto, mister que a universidade desenvolva a necessária sensibilidade social para que, reconhecendo seus problemas e suas necessidades, possa instituir sua nova identidade e desenvolver estratégias de atuação. O debate sobre as funções da universidade deve, por conseguinte, ser posto desde uma perspectiva contemporânea, preservando proximidade com as questões mais relevantes da sociedade, tal como elas se apresentam na realidade (GEORGEN, 1998).

Portanto, o mesmo autor conclui enfatizando que as universidades diferem-se a partir do contexto e da realidade onde estão inseridas, devendo atender estas especificidades, sempre atrelado ao conhecimento, reconhecimento e desenvolvimento das culturas locais.

É necessário dizer também que a universidade, sozinha, não produz e não atende o anseio cooperativista. Ela precisa estar contemplada a uma rede, que agregue outros atores: as organizações, as entidades, os movimentos sociais, o saber popular, entre outros.

Neste sentido, além da universidade, esta Rede que está composta, aponta ainda pra outros atores: o Sistema CRESOL e o Instituto INFOCOS, além da UNICAFES. Suas atribuições estão vinculadas ao público a que atendem: agricultores (as) familiares cooperados, além de seus dirigentes e colaboradores.

Todo seu trabalho de formação e construção do conhecimento a partir do cooperativismo solidário dá-se a fundamentado nos saberes acumulados dos sujeitos, da vivência, do cotidiano, muito mais do que sua formação acadêmica.

Por isso, esta pesquisa demonstra o quão complexo pode ser a construção deste conhecimento, que se tornará híbrido e mestiço, já que agregará os saberes acumulados dos agricultores (as), dirigentes e cooperados (as) com o conhecimento científico presente nas universidades, criando algo novo e que contribua na construção do cooperativismo. Portanto, não se deve e não se podem ignorar tais atores neste contexto.

Reforçando o debate do papel da universidade atrelado ao respeito às especificidades de cada local, o cooperado entrevistado AM contribui dizendo desta importância da valorização cultural da região, numa junção com a contribuição universitária, de modo que se construam relações:

Acho que sempre “valorando” a riqueza cultural, né? Histórica, né? Da região também, se apropriando destas atividades do mundo acadêmico, construindo a relação com as universidades, né? Eu acho que a gente pode sim. Além de hoje é a possibilidade dos nossos filhos, filhos dos agricultores familiares estarem na universidade é algo presente, né? Além dos filhos a gente consegue criar uma relação com os outros, né? Filhos de trabalhadores urbanos mesmo, né? Mas que tenham uma identidade com a raiz do cooperativismo que é o ato de cooperar, a solidariedade que tá muito presente, né? Que é algo que tem muita persistência.

Ainda durante o Congresso Nacional da UNICAFES, analisou-se qual seria a modalidade de ensino preferencial dos entrevistados. Tal resultado está expresso no quadro 13.

Quadro 13: Qual modalidade você prefere?

	Frequência	Porcentagem
Ensino à distância	25	32,5%
Semipresencial	21	27,3%
Presencial	27	35,1%
Ensino à distância/semipresencial	02	2,6%
Ensino à distância/semipresencial/presencial	01	1,3%
NOP/NS	01	1,3%
Total	77	100,0%

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

Como anteriormente citado, é possível perceber que 35,1% dos entrevistados sugeriram o ensino presencial como a alternativa ideal para sua participação nas formações propostas por eles. Os mesmos consideraram como importante o fato do diálogo e o debate durante as aulas.

Entretanto, 32,5% sugeriram o ensino à distância como melhor forma de formação, seguidos por 27,3% que optariam pelo ensino semipresencial. Visualizamos porcentagens parecidas, sendo considerada como alternativa para escolha, levar em consideração as especificidades locais de cada região na definição da modalidade.

A educação à distância desponta como uma possibilidade para cada vez mais pessoas, tornando irrestrita a condição geográfica, tenham acesso ao ensino que tradicionalmente só possui acesso os moradores de grandes cidades brasileiras, dada sua maior penetrabilidade geográfica e seu potencial de menor custo, em comparação com a educação presencial. Sendo assim, a EAD traz ao ensino, e sobretudo ao ensino superior, alguns desafios e potencialidades a serem explorados, como uma nova forma de se obter conhecimento e qualificação profissional (CASAGRANDE, 2008, p. 18-19).

A tecnologia está cada vez mais presente no dia a dia das pessoas e das instituições. Ela facilita a comunicação, a interação e agrega flexibilidade para o estudo e a velocidade da informação.

A educação à distância, neste sentido, tem se tornado uma ferramenta importante no processo de aprendizagem, pelo fato de ser viável, já que não necessita da presença do aluno diariamente.

Muitas vezes, esta modalidade tem se adequadado melhor na realidade de muitas pessoas que tem interesse e necessitam de aperfeiçoamento. Nesta pesquisa, ela destaca-se, apesar de que o ensino presencial foi citado pela maioria dos entrevistados.

A educação à distância vem acompanhada de diversas vantagens: a flexibilidade de horário, uma maior autonomia no estudo e espaço. Uma característica dos materiais didáticos mais modernos, desenvolvidos para a modalidade EaD, é o uso intensivo de elementos multimídia, como vídeo, áudio, computação gráfica e outros.

Assim, o papel da modalidade EaD é de fundamental importância, uma vez que o caráter interativo dos novos meios traz embutidas novas formas de socialização, como relata Guimarães (2007, p. 142 e 144). Cita-se como exemplo a parceria entre Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO) e INFOCOS numa pós-graduação e aperfeiçoamento à distância para seus dirigentes, colaboradores e cooperados, oferecendo formação em cooperativismo.

De acordo com Jonathan apud Araújo e Valente (2014, p. 194), do esforço articulado entre os atores da universidade e do governo resultaram os currículos de referência dos cursos de Computação, de 1996, 1999 e 2005 - as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1999 e de 2012. Formou-se assim uma rede sociotécnica que articula um núcleo de pesquisadores nas universidades e na Sociedade Brasileira de Computação, departamentos, cursos, coordenadores e currículos de referência, criando pontos de passagem obrigatórios para todos que desejem realizar cursos de graduação na área.

Entretanto, a modalidade EaD traz consigo também a característica de não conseguir proporcionar debates e diálogos entre professores e alunos. Mesmo que existam ferramentas *online* para troca de informações e sugestões, ela é muito limitada. Ela está cada vez mais presente nas instituições de ensino superior e nas organizações, por uma crescente demanda do público, porém é necessário avaliá-la cuidadosamente, afinal um processo de formação precisa considerar que todo conhecimento sistematizado e científico é oriundo de um contexto onde as pessoas estão inseridas, e precisa ouvir estes sujeitos, afinal só assim haverá a construção de novos saberes.

Portanto, apesar das limitações presentes nas áreas ligadas à informática e tecnologia, ela é deve ser considerada como um ator de fundamental importância para a construção da educação cooperativista, já que facilita o acesso à formação e informação, tornando-se uma ferramenta essencial nesta rede, desde que leve em consideração também as limitações que muitos sujeitos possuem para dominá-la. Tendo ela uma preocupação e um cuidado neste aspecto sua contribuição torna-se ainda mais significativa, já que devem levar também em consideração todos esses fatores sociais que estão intrinsecamente agregados.

Todos estes dados contribuíram muito para que possamos visualizar que todo conhecimento não é único e nem de responsabilidade de um ator somente. Ela precisa levar em consideração uma infinidade de conceitos, de teorias, de cultura, de sujeitos, respeitando-os e agregando todos os saberes.

5. CAPÍTULO V – Os Híbridos Em Ação: A Mestiçagem e o Cooperativismo numa tentativa de Síntese para compreender os desafios da Formação Cooperativista

Este estudo demonstrou a importância da articulação dos atores para a construção do conhecimento utilizando-se das teorias e metodologias de Paulo Freire e de Bruno Latour.

Paulo Freire contribui com sua metodologia dialógica, cujo conteúdo é construído a partir da realidade e do contexto onde os sujeitos estão inseridos, considerando seus saberes empíricos e acumulados através da vivência e de seu cotidiano. Scocuglia (2005, p. 82) fundamenta essa percepção quando diz que para Paulo Freire, os conteúdos programáticos, as metodologias utilizadas devem estar contextualizadas e influenciadas pela cultura e pelas experiências de vida dos atores educacionais que estão envolvidos nessa construção, a saber: educandos, educadores, pais, comunidade educativa (escolar ou não). Scocuglia (2005, p. 82) reforça ainda esta teoria quando diz que, para Freire:

Todos os atores envolvidos têm experiência cotidiana, de vida, com esse objeto de conhecimento. Onde o processo educativo pretende chegar com esse conteúdo? A resposta óbvia é que se quer chegar num conhecimento cada vez mais elaborado (rigoroso, científico). Partindo de que, de onde? A resposta que se suporia lógica é pouco aplicada na prática: deveria partir do conhecimento do mundo, da “experiência feita”, para conquistar o conhecimento elaborado. Em outras palavras, o conhecimento do organismo humano, do seu funcionamento, dos seus sistemas etc., deveria ter como ponto inicial o conhecimento prático, do senso comum, que todos possuem sobre os mecanismos que fazem funcionar cada parte do nosso corpo, experimentado desde a mais tenra idade. Ademais, o conteúdo corpo humano, enquanto objeto de conhecimento das ciências físico-química-biológicas, não existe sem estar contextualizado (e problematizado) social, política, econômica e culturalmente. Certamente, a resposta inter/transdisciplinar desse saber elaborado em pelo menos dois conjuntos (sócio-cultural-político-econômico e bio-físico-químico) tem, como ponto de partida, o “saber da experiência feita”, o saber do mundo (e com o mundo).

Portanto, esta pesquisa considera a importância dos saberes empíricos e acumulados dos agricultores (as) familiares, cooperados (as) e dirigentes de cooperativas da agricultura familiar. Este público ao responder o questionário aplicado pôde expor seus anseios quanto à necessidade de constante formação. Mesmo possuindo conhecimentos e vivências das lutas populares das quais

participam constantemente, anseiam por capacitações técnicas que os ajudem a gerir as cooperativas. As formações mais solicitadas por eles concentraram-se nas temáticas técnicas e operacionais, como conhecimentos voltados à administração, legislação, contabilidade, assistência técnica, entre outros. Para isso, as organizações e as universidades inserem-se como protagonistas neste processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, noutra percepção surge Bruno Latour, que traz sua teoria de rede, onde considera a existência e a importância dos diversos atores (humanos e não humanos) que contribuem para a construção do conhecimento. Para ele, todo saber é fruto de uma mestiçagem e de uma hibridização dos atores envolvidos, gerando um novo conhecimento, onde o saber popular também é considerado, aliado à tecnologia, ao conhecimento científico e todo contexto que o envolve. Sendo as próprias cooperativas um artefato que mescla o social, a economia, a produção, as legislações, a educação e, por que não dizer, a possibilidade de continuidade de um modo de vida por parte das famílias agricultoras. Ao mesmo tempo a íntima conexão e interlocução que se estabelece com o saber fazer dos cooperados e os processos pedagógicos da educação formal. Ambos com seus limites e possibilidades.

Portanto, a teoria de ambos nos leva a compreender o complexo processo que gera o conhecimento, não sendo possível ele acontecer através de uma percepção apenas.

Para isso, este estudo foi dividido em quatro capítulos e apresenta uma análise diferenciada e ainda inédita, quando aborda este diálogo entre tais autores no contexto da formação cooperativista e da construção do conhecimento.

Inclui-se na discussão o embasamento teórico a respeito do Histórico do Cooperativismo, bem como seu surgimento no Brasil, para que se possa compreender a importância que este movimento também representa no âmbito social.

Além disso, apresentou os atores que compõe esta Rede responsável pela compreensão e construção do conhecimento, como: instituições de nível superior, organizações sociais e cooperativas, agricultores (as) familiares, objetos e sujeitos não humanos, assim como as tecnologias presentes no processo de construção do conhecimento. Além disso, estão presentes também os acordos, os convênios, as normas, as regras, as legislações, os currículos escolares, entre outros.

Paulo Freire trabalha com a formação a partir dos saberes populares dos sujeitos. Diante disso, constrói-se o conhecimento de maneira dialógica, sempre respeitando a visão e o contexto onde estes sujeitos estão inseridos. Portanto, os saberes populares são considerados como ponto de partida para o conhecimento.

Bruno Latour traz a perspectiva dos saberes híbridos, onde contemplam diversos atores e sujeitos humanos e não humanos, todos interligados numa rede e cada qual com suas percepções e metodologias. Desta forma, para ele, não há conhecimento único, mas sim mestiço e híbrido.

Diante disso, o diálogo entre eles proporcionou observar que o conhecimento nunca está pronto, e sim constantemente em construção, sendo fruto de diversos saberes já existentes (o que poderíamos chamar de empírico e/ou popular) aliado a outros inúmeros processos e metodologias sistematizadas pelo conhecimento científico além de objetos e sujeitos, para utilizar a terminologia de Latour de humanos e não humanos desta interação resulta um conhecimento novo híbrido e mestiço que se desenvolve de modo às vezes imprevisível. Portanto, não há saberes único e/ou verdadeiros, tudo é mestiço e híbrido. Para tanto, é preciso desmistificar a ideia de que o conhecimento é fruto de um ator ou de uma percepção apenas.

Por isso, o desafio e os resultados apresentados nesta pesquisa demonstraram que além da formação reflexiva, considerando toda a vivência dos sujeitos, é preciso ampliar e aplicar conhecimento técnico e operacional na gestão das cooperativas.

Porém, é também necessário fortalecer o processo de formação e a essência cooperativista, onde valores e princípios norteadores do cooperativismo estão intrínsecos: a solidariedade, a ética, a ajuda mútua, a cooperação, a interação com a comunidade. Estes são apenas alguns exemplos do que se pode considerar como fatores importantes que precisam ser considerados num processo de formação integral.

Desta forma, é fundamental analisar o conhecimento oriundo da vivência, cuja experiência não pode ser ignorada. Ela deve ser contemplada nesta Rede, cuja construção vai acontecendo aliando diversas outras percepções, metodologias, o saber científico, as universidades, as organizações sociais, além da tecnologia, das legislações e normas, entre outros.

Para isso, é imprescindível que exista a presença de um conteúdo elaborado e científico, fruto de pesquisas e estudos, do uso da tecnologia, que está cada vez mais presente, principalmente na educação e na formação, seja nas modalidades à distância ou presencial (desta interação surgem os híbridos).

Os atores envolvidos e descritos como constituintes da Rede apresentam suas diferentes perspectivas e percepções acerca do conhecimento. Portanto, todos estes atores, sujeitos e objetos, mesmo que de forma conflituosa (o que é inerente ao processo) estão articulados.

As universidades são importantíssimas no processo de formação, entretanto percebe-se ainda, que em alguns cursos, as grades curriculares não atendem a formação que se pode considerar como integral – que contempla a cooperação e a solidariedade juntamente com a ciência.

As instituições de ensino superior muitas vezes também esbarram em desafios impostos por conteúdos engessados, o que pode dificultar esta formação num contexto mais amplo e integral, com uma metodologia mais dialógica e levando em consideração o contexto onde a universidade está inserida, além da cultura dos sujeitos.

Mesmo que seus educadores possuam autonomia para adequar os conteúdos às tais especificidades, o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais capacitados tecnicamente, sendo que algumas reflexões podem ficar em segundo plano.

Apesar destes desafios, para que a formação para o cooperativismo solidário se concretize, muitos atores precisam estar articulados e integrados. Um deles é a universidade que contribui com suas pesquisas científicas, seus trabalhos de extensão, bem como todo conteúdo específico. Isso é fundamental. É através destes estudos especializados, de teorias científicas e de pesquisas que é possível construir materiais e metodologias de trabalho.

Além disso, integram-se as organizações sociais, os agricultores (as) familiares, com seu saber popular e acumulado. Nesta perspectiva vão se articulando outros fatores: as legislações que precisam ser seguidas, as normas, as demandas que vão se apresentando, a educação à distância, a tecnologia, entre outros.

Embora esta rede possa ser conflituosa por alguns momentos, os atores, sujeitos e objetos cruzam-se visando superar os diversos desafios que ainda precisam ser vencidos: a flexibilidade e o conteúdo estabelecido nos currículos escolares, a formação dos educadores no âmbito do cooperativismo solidário, a demanda que os (as) cooperados (as) e dirigentes dos empreendimentos cooperativos apresentam para a sua formação e capacitação, a mudança para uma sociedade que leve em consideração princípios sociais, bem como parcerias que atendam este anseio.

Além disso, é fundamental desmistificar a teoria de que apenas um tipo de instituição e/ou organização detém o conhecimento. Isso é impossível, afinal todo processo de formação é oriundo da hibridização de conteúdos, metodologias, sujeitos, atores, objetos, dentre outros muitos fatores.

Por isso, é preciso compreender que nenhum ator ou sujeito desta Rede apresentada ou qualquer outro contexto que compõe o processo de formação pode deter o “seu” conhecimento como único, completo e/ou verdadeiro, afinal todo saber é construído a partir das vivências dos agricultores (as) familiares dirigentes e cooperados (as) dos empreendimentos solidários, mas também é fruto de pesquisas, de estudos e da extensão científica, sistematizada pelas universidades.

Não é possível compreender e descrever a formação e a educação como um processo simples, único e exclusivo de determinadas instituições e/ou organizações, mas sim construída num amplo contexto que leva em consideração fatores humanos, mas também não humanos que aliam-se à disseminação do conhecimento.

É fundamental considerar todo conhecimento oriundo de saberes populares e/ou científicos são importantes e necessários para a construção da formação cooperativista, integral, social, mas também que leve em consideração capacitações específicas e técnicas. Desta maneira, aliar todos os atores, sujeitos e objetos, com suas diferentes percepções e metodologias é fundamental para o contexto da educação e da formação.

Importantes dados fundamentam este diálogo: a ainda ínfima participação de jovens e mulheres como cooperados (as) e como lideranças nas cooperativas, apesar de imensas discussões e reflexões sobre gênero e juventude dentro dos processos de formação.

Além disso, também apresenta a elevação do nível de escolaridade dos dirigentes, demonstrando a enorme importância das universidades no contexto da educação. Apesar disso, alguns entrevistados possuem ainda defasagens e problemas quanto à gestão nas cooperativas no que se refere à legislação, administração, contabilidade, entre outros, demonstrando assim a necessidade de contínuas e permanentes capacitações. A partir daí concluímos que só o conhecimento empírico não tem sido suficiente para que os agricultores familiares administrem tais empreendimentos solidários, afinal as cooperativas estão inseridas em uma realidade econômica competitiva.

É nesse processo que Paulo Freire e Bruno Latour demonstram suas percepções como aliadas ao processo de formação completo, híbrido. Contemplam as vivências, as culturas dos sujeitos ao conhecimento científico e elaborado, sistematizados pelas universidades juntamente com as organizações sociais.

O ensino superior público atende milhares de estudantes, estando, portanto inserida num complexo contexto, sendo praticamente impossível alcançar excelência no que se refere à formação para a cooperação. Da mesma forma e inserida em igual realidade encontra-se o Sistema CRESOL, por exemplo, que possui atualmente cerca de 133 mil cooperados (as), além de inúmeros colaboradores (as) em seus estados de abrangência. Seus programas de formação possuem uma metodologia dialógica, com temáticas que suscitam debates estratégicos.

Por ser um Sistema de cooperativas de crédito inserida num contexto de mercado capitalista que necessita seguir diversas normas, regulamentos e legislações hierarquicamente a ele impostas, busca e demanda de seu Instituto de Formação, o INFOCOS, a inserção de temáticas e cursos técnicos e operacionais, visando à capacitação de seus colaboradores para a gestão e a condução das cooperativas.

Neste momento a formação dita cooperativista perde um pouco seu foco, ou seja, precisa elaborar tais materiais, para atender tal demanda e ao mesmo tempo tentar inserir debates estratégicos, o que nem sempre se torna possível e satisfatório.

Isso é reforçado na pesquisa: a maioria das temáticas que os seus dirigentes e cooperados (as) querem e demandam ao INFOCOS são temas técnicos e operacionais, desafios ainda presentes para a gestão das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária.

Com isso, observou-se que, apesar de o INFOCOS tentar fortalecer cada vez mais seus materiais considerando temáticas que levam à reflexão, ao debate e ao diálogo sobre o cooperativismo solidário, políticas públicas, desenvolvimento sustentável, gênero e geração, entre inúmeros outros, na outra ponta existe a enorme demanda dos próprios cooperados (as) e dirigentes por abordagens técnicas e operacionais conectadas com as exigências operacionais, legais e administrativas do dia a dia.

Esta demanda é também muito importante, afinal a gestão das cooperativas precisa ser considerada. Para isso, a capacitação é o caminho, mesmo que tais temáticas estratégicas fiquem em segundo plano. Nesse processo, do que é pensado como formação cooperativista por parte da equipe pedagógica do INFOCOS conflita com as necessidades manifestadas pelos sócios e dirigentes.

A demanda de formação observada e explicitada nos quadros 06 e 07 desta pesquisa apresentam anseios pelo conhecimento técnico e operacional das cooperativas. Desta forma, percebeu-se que tais entrevistados não conseguiram perceber a demanda do conhecimento ligado a outros princípios cooperativos, como o desenvolvimento do próprio associado, da cooperativa e o desenvolvimento local, enfim, dos demais aspectos que o cooperativismo solidário se propõe a fomentar como alternativa de desenvolvimento.

Um exemplo disso é o Programa de Formação para Diretores - Cooperativa Escola, do Instituto INFOCOS vinculado ao Sistema CRESOL.

A metodologia e o curso foram anteriormente apresentados na pesquisa, e se torna importante enfatizar o que aqui se demonstrou: ao mesmo tempo em que várias temáticas são abordadas no primeiro dia desta formação intituladas Cooperativismo e Cooperativismo Solidário, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, O Poder e as Relações de Gênero e Geração, a Liderança Comunitária e Cooperativista e Práticas de Governança em Cooperativismo de Crédito Solidário, num segundo momento os temas abordam assuntos operacionais e técnicos para conselheiros eleitos administrativos e fiscais das cooperativas filiadas a CRESOL. Neste momento percebe-se o interesse por tais temas técnicos, deixando muitas vezes o debate reflexivo e estratégico como segundo plano.

Portanto, mesmo que estas organizações sociais e cooperativas da agricultura familiar possuam em sua filosofia a essência do cooperativismo solidário, é solicitada que a formação contemple conteúdos técnicos e operacionais com o

intuito de contribuir com a gestão das cooperativas. Cada vez mais estes empreendimentos solicitam tais capacitações, pois seus dirigentes assim demandam.

Muitos destes dirigentes são agricultores (as) que não possuem formação superior, nem conhecimentos técnicos específicos. A maioria deles possui um grande conhecimento oriundo da vivência de lutas e participação nos movimentos sociais. Isso é também muito importante para que se preserve a essência do cooperativismo solidário num mercado competitivo e capitalista. Entretanto, é imprescindível que tais conhecimentos se ampliem ao operacional e técnico, afinal eles estão na gestão das cooperativas.

Portanto, é necessário e fundamental absorver tais demandas, proporcionando também estas capacitações, de forma que possam colaborar para gestão das cooperativas, tornando-as viáveis e sustentáveis também economicamente.

Com isso, é imprescindível avaliar todo o processo de formação, levar em consideração tais demandas e tentar aliar este grande desafio: subsidiar este conhecimento técnico para que se possa chegar ao público, considerando e contemplando junto a isso as temáticas cooperativistas. Isto não é uma tarefa fácil, porém é necessária para que a formação se constitua.

Ao mesmo tempo em que as demandas por capacitações e treinamentos técnicos surgem, fortalecidas pelo resultado da pesquisa de campo deste trabalho, apresenta-se o anseio do INFOCOS, que através de sua equipe pedagógica, tentam constantemente aliar o debate estratégico de temas relevantes à agricultura familiar às temáticas operacionais e extremamente técnicas, demandas por cooperativas, dirigentes e cooperados (as).

Desta forma, é fundamental compreender e, sobretudo aliar e entender que esta hibridização de percepções, metodologias, atores e sujeitos é necessária e está presente na construção do conhecimento.

Todo conhecimento é resultado destes muitos fatores, e para que se constitua como formação cooperativista, precisa superar o desafio de aliar outros debates e metodologias, bem como atores e sujeitos que agem em perspectivas e percepções diferentes em torno da educação e da formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciado este estudo, o foco era analisar as necessidades, bem como anseios e perspectivas referentes à formação entre cooperados (as) e dirigentes de empreendimentos solidários.

Para isto estivemos presentes no Congresso Nacional da UNICAFES, realizado em maio de 2014 em Brasília/DF aplicando questionários e participando dos diálogos em torno do cooperativismo solidário no cenário nacional.

A partir disto seria necessário analisar o quão importante é o conhecimento oriundo da vivência, fruto das experiências de dirigentes e cooperados (as).

Entretanto, foi fundamental ir mais além. Neste sentido, utilizando-se das teorias de Paulo Freire e de Bruno Latour, pude desmistificar o conceito (que eu própria muitas vezes possuía) de que o conhecimento e a formação partem de uma perspectiva apenas.

Partindo da minha experiência enquanto educadora em uma escola do campo, sempre acreditei na metodologia dialógica de Paulo Freire, que parte do pressuposto do conhecimento a partir dos saberes populares dos sujeitos, bem como sua cultura e o contexto onde vivem.

Entretanto, avaliando e conhecendo melhor a teoria de Bruno Latour compreendi que todo e qualquer saber não é e nem pode ser único, ele é híbrido. Em sua construção estão envolvidos inúmeros atores, sujeitos e objetos, com diferentes percepções e metodologias. Desta forma, Paulo Freire agrega-se à rede através de sua teoria que considera o conhecimento empírico.

Entretanto, estas mesmas experiências populares não são tão simples, elas são objetos híbridos e mestiços. Nelas está contemplado, direta ou indiretamente, todo um aparato científico e de extensão, ações estas desenvolvidas por técnicos e profissionais capacitados por instituições formais, as universidades.

Portanto, ambas as teorias precisam estar articuladas: devem-se aliar estes conhecimentos acumulados dos sujeitos agregando as teorias e pesquisas científicas, tão importantes para a construção do conhecimento.

Diante disso, o estudo apontou necessidades de formação técnica para que os dirigentes possam realizar uma boa gestão nas cooperativas. Diante disso, a análise teve que considerar que somente a vivência e o trabalho cotidiano enquanto gestores e/ou cooperados (as) não estava sendo suficiente. É preciso prepará-los

tecnicamente também, formação esta oriunda das universidades através das graduações e especializações.

Tão importante quanto isto, são os debates, temáticas e diálogos construídos pelas organizações, representada nesta pesquisa pelo INFOCOS, que disponibiliza tais formações a todo Sistema CRESOL, materiais estes trabalhados com cooperados (as) dirigentes e lideranças das cooperativas filiadas.

Porém, a pesquisa avaliou e demonstrou que tanto o conhecimento formal quanto os saberes acumulados precisam estar integrados, e neste sentido articulados numa Rede, composta ainda por elementos inanimados como as ferramentas tecnológicas e a educação à distância, cuja disseminação de informações é rápida e cada vez mais presente.

A eficácia e eficiência da educação à distância, em minha opinião, devem ser avaliadas com cuidado. A flexibilidade e a facilidade com que ela acontece é um fator extremamente positivo quando se analisa a disponibilidade de tempo que as pessoas possuem no contexto atual.

Entretanto, sua formação não permite uma relação professor/educador e alunos de uma maneira que haja debate e até mesmo divergência de opiniões e percepções sobre temas, disciplinas e conteúdos que são disponibilizados.

Como dialogar e questionar estes currículos se eles estão prontos, sem que considere a importância da construção coletiva e que se ouçam os sujeitos?

Por outro lado, não há como negar e/ou tentar ignorá-la. Sua presença no processo de educação é cada vez maior. A demanda existe, é apresentada e precisa ser aceita e inserida.

Utilizar-se das ferramentas tecnológicas e da modalidade EaD está presente tanto no processo formal de educação quanto nas organizações sociais. Por isso ela foi integrada nesta Rede e considerada como um ator importante. Sua existência é também fruto de uma demanda do público em questão.

Entretanto, numa opinião pessoal, ela não pode substituir a educação presencial, caso contrário iremos perder a formação solidária e cooperativista que tanto se busca, mesmo que em determinados momentos ela pareça ser ideológica e utópica nesta sociedade capitalista, competitiva e individualista.

Por fim considero que tal pesquisa contribuiu muito para meu crescimento profissional e pessoal, sobretudo na percepção de que a formação precisa considerar inúmeros fatores e atores, gerando uma hibridização de conteúdos e de

construções. Para isso, é fundamental desmistificar a ideia de que o conhecimento é fruto de apenas um fator ou uma percepção.

Portanto, o desafio é integrar e considerar que a aliança destas percepções de Freire e Latour proporcionam novos saberes, repletos de diferentes atores, sujeitos e objetos, os híbridos, todos eles desempenhando seus importantes papéis.

Enquanto pessoa que ama e acredita na educação, mas, sobretudo na formação, não posso desconsiderar que todos estes fatores desempenham um importante papel em todo contexto.

É fundamental, portanto, que a construção desta formação cooperativista integre todos os atores, humanos e não humanos e todos aqueles que estão intrínsecos ao processo.

O caminho e o desafio são a construção coletiva (entre universidades e movimentos sociais) de um conteúdo que integre tais valores cooperativistas trabalhados neste estudo, aliado à metodologias dialógicas e compatíveis com as especificidades culturais, sociais e econômicas do contexto local, tornando os sujeitos agentes de transformação na educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná).** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis/SC, 2008.

ANTUNES, A. **Leitura do Mundo no contexto da planetarização – Por uma pedagogia da sustentabilidade.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000091/Legado_Teses_Leitura_do_Mundo_no_Contexto_da_Planetarizacao_Angela_Antunes.pdf> Acesso em: 03/12/2014.

ARAÚJO, J. F. M. de; VALENTE, C. de M (org.). **Ator-Rede e além... no Brasil. As teorias que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá?** Campo Grande: EDUEPB, 2014, 327 p.

ARAÚJO, R. F. de. **Leituras de Bruno Latour na Ciência da Informação: analisando citações.** Ponto de Acesso, Salvador, vol. 3, n. 3, p. 299-316, dez. 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Franciele/Downloads/Ponto_de_Acesso-3\(3\)2009-readings_of_bruno_latour_on_information_science-_citation_analysis.pdf](file:///C:/Users/Franciele/Downloads/Ponto_de_Acesso-3(3)2009-readings_of_bruno_latour_on_information_science-_citation_analysis.pdf)> Acesso em: 26/12/2014.

BELLONI, M. L. **Educação à distância e inovação tecnológica.** Trabalho, Educação e Saúde, vol. 3, nº 1, Rio de Janeiro, março/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 29/09/2014.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento. Estudos.** NEAD 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário: 2ª Edição Revisada, 2001. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=25>> Acesso em: 31/07/2014.

BORILE, L. C. **A Lei do Cooperativismo e sua função social no desenvolvimento da agricultura familiar e economia solidária.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pós Graduação em Direito Público Latu Sensu. Francisco Beltrão/Pr, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do Cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação.** Brasília: MAPA, 2006. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cooperativismo%20no%20Brasil%20Denacoop%20em.pdf> Acesso em: 04/06/2014.

BRITO, C. G. N. S. de.; SILVA, N. C.; MONTENEGRO, L. **Metodologia de Paulo Freire no desenvolvimento da educação permanente do enfermeiro intensivista.** Revista de Enfermagem, v. 16, nº 03, set/dez 2012. Disponível

em:<file:///C:/Users/Franciele/Downloads/5182-20207-1-PB.pdf> Acesso em: 08/11/2014.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade – cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó, SC: Argos, 2010.

CASAGRANDE, L. **Educação nas modalidades presencial e a distância: um estudo comparativo das percepções de estudantes de cursos do nível de especialização na EA/UFRGS**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós Graduação em Administração. Porto Alegre: 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gpnavi/artigos/lucas_dissertacao.pdf> Acesso em: 26/06/2014.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. **Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: a contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais**. Cadernos EBAPE.BR, vol. 11, n. 4, Rio de Janeiro, dezembro/2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512013000400006&script=sci_arttext> Acesso em: 18/11/2014.

CRESOL – Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. **Relatório de Atividades e Balanço Social 2013**. Agricultura Familiar – um lugar para ser feliz, 2013, 51 p.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade?** Revista Brasileira de Educação, nº 28, Rio de Janeiro, jan/abr 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext> Acesso em: 30/10/2014.

FRANTZ, W. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam**. Sociologias n. 6, Porto Alegre: jul/dez 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000200011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 19/05/2013.

FRANZ, C. M.; AZAMBUJA, F. M. de. **A contribuição do cooperativismo de crédito para a eficiência econômica e eficácia social**. Disponível em:<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/cristiane.pdf> Acesso em: 28/10/2014.

FREIRE, P. **Carta de Paulo Freire aos professores**. Estudos Avançados, vol. 15, nº 42, São Paulo, maio/agosto 2001a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013> Acesso em: 09/11/2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93 p.

FREIRE, P. **Política e educação** (Coleção Questões da Nossa Época), 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

FREITAS, H. C. de. A. **A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da reforma agrária: o PRONERA**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: agosto, 2007.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, M. **Lições de Freire**. Revista da Faculdade de Educação, vol. 23, nº 1-2, São Paulo, jan/dez 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551997000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 08/11/2014.

GEORGEN, P. **Ciência, Sociedade e Universidade**. Educação & Sociedade, vol. 19, nº 63, Campinas, agosto/1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 30/09/2014.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Aval. Políticas Públicas Educ. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 50, p. 27-38, jan/mar 2006. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/30405.pdf>> Acesso em: 30/10/2014.

GUIMARÃES, J. M. de. M. **Educação, globalização e educação à distância**. Revista Lusófona de Educação, n. 9, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n9/n9a09.pdf>> Acesso em: 30/07/2014.

HERNÁNDEZ, A. A. **La sociología de las ciencias y de las técnicas de Bruno Latour y Michel Callon**. Cuardenos Digitales: publicación electrónica em historia, archivística y estudios sociales, vol. 8, n. 23, novembro 2003, Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia.

INFOCOS. Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. **Cooperativa Escola – Curso de Integração para Novos Colaboradores**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2013, 70 p.

JUNIOR, N. R. **Aspectos societários das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Coleção Trans. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, S.; VARGAS, E. R. de. **Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sóciotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD**. Sociedade e Estado, vol. 26, n. 2, Brasília, maio/agosto 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000200012> Acesso em: 18/11/2014.

LEMOS, A. Você está aqui! Mídia locativa e teorias “materialidades da comunicação” e “ator-rede”. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 54, p. 05-29, julho/dezembro 2010.

MACHADO, J. D; HEGEDUS, P. de; SILVEIRA, L. B. da. **Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”**. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 641-647, mar-abr/2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cr/v36n2/a44v36n2.pdf> > Acesso em: 24/06/2014.

MAIA, A.; SERAFIM, S. **Análise da Teoria Ator-Rede (TAR) e sua relação com os paradigmas de Relações Públicas**. *Contemporânea*, ed. 17, Vol. 9, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_09_maia_serafim.pdf> Acesso em: 31/08/2014.

MEDRADO, A. E. **O que é educação e a quem ela serve?** Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. Tópicos Especiais em Psicologia I. Orientadora: Prof. Lia Lordelo. Salvador, julho, 2010. Disponível em: <http://www.adonaimedrado.pro.br/documentos/O_que_e_educacao_e_a_quem_ela_serve.pdf> Acesso em: 18/12/2014.

MELO, M. de F. A. de Q e. **Discutindo a aprendizagem sob a perspectiva da teoria ator-rede**. *Educar em Revista*, n. 39, p. 177-190, jan/abr. 2011, Curitiba: Editora UFPR. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a12.pdf>> Acesso em: 31/08/2014.

MIRANDA, K. C. L.; BARROSO, M. G. T. **A contribuição de Paulo Freire à prática e educação crítica em enfermagem**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, vol. 12, nº 4, Ribeirão Preto, jul/agosto 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692004000400008&script=sci_arttext> Acesso em: 09/11/2014.

MORAES, M. **A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (2): 321- 33, Rio de Janeiro, maio/agosto 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000200006&script=sci_arttext> Acesso em: 30/08/2014.

MORAIS, E. E. de et al. **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. *Serviço Social & Sociedade*, nº 105, São Paulo: jan/ mar 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/05.pdf>> Acesso em: 24/03/2014.

NAMORADO, R. **Cooperativismo – História e Horizontes**. Oficina nº 278 do Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado CES. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Junho 2007.

NETO, S. B. **Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 45, nº 01, Brasília, jan/mar. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000100006&script=sci_arttext> Acesso em: 22/09/2014.

NUNES, S. P. **Boletim Eletrônico Departamento de Estudos Sócios Econômicos Rurais – DESER**. Conjuntura Agrícola, n. 159, junho/2007. Disponível em:<<http://www.deser.org.br/documentos/doc/Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola.pdf>> Acesso em: 14/09/2014.

OLIVEIRA, F. P. de.; XIMENES, V. M.; COELHO, J. P. L.; SILVA, K. S. da. **Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. Psicologia: teoria e prática**, vol. 10, nº 2, São Paulo, dezembro 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200012> Acesso em: 09/11/2014.

REVISTA CRESOL. **Entrevista com Vanderley Ziger**. Ano 01, junho 2013.

SAFANELLI, A. dos S.; KLAES, L. S.; WOLFF, A.; CERQUEIRA, R. L. B. de. **A educação cooperativa: valorização do ser humano**. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis: 7 a 9 dezembro/2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/32873/8.21.pdf?sequence=1>> Acesso em: 07/06/2014.

SANTOS, S. F. dos; RAMOS, J. M. **A importância da Cresol de Mangueirinha- Pr para os agricultores familiares** (In) Cooperativismo Solidário – Análise das Experiências do Sistema Cresol como Ferramenta de Inclusão Social. Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário, Francisco Beltrão: Grafisul, 2013.

SAQUET, M. A; ALVES, A. F. A. **Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. Campo-Território**. Revista da Geografia Agrária, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr/2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/24072/14398>> Acesso em: 03/06/2014.

SCHNEIDER, J. O. **A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e das atualidades dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais**. Cadernos Gestão Social. Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, v. 3, n. 2, jul/dez/2012, p. 251-273. Disponível em:<<file:///C:/Users/cliente/Downloads/296-1120-1-PB.pdf>> Acesso em: 02/06/2014.

SCOCUGLIA, A. C. **As reflexões curriculares de Paulo Freire**. Revista Lusófona de Educação, nº 06, 2005, p. 81-92. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a07>> Acesso em: 03/11/2014.

SILVA, J. G. da. **Reforma Agrária**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, vol. 1, n. 4, São Paulo, março/1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451985000100012&script=sci_arttext> Acesso em: 14/09/2014.

SILVA, L. M. da. **Economia Popular Solidária: os Processos Formativos Populares e a Construção de uma Nova Cultura do Trabalho**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Belo Horizonte: novembro 2007. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84ZKDG>> Acesso em: 28/09/2014.

TRIAS-BRASIL. Unicafe Paraná. **ProfilingUnicafe Paraná 2009**. Empresa  gua Viva Prestação de Serviços Ltda. Consultores: Dirceu Basso, Alcidir Zanco. Francisco Beltrão, dez/2010.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. **Teoria Ator Rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil**. Revista OES, vol. 16, n. 51, p. 647- 664, out/dez 2009. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/443/teoria-ator-rede-e-analise-organizacional--contribuicoes-e-possibilidades-de-pesquisa-no-brasil/i/pt-br>> Acesso em: 18/11/2014.

WERNECK, V. R. **Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa**. Ensaio: aval. pol.públ. Educação. Rio de Janeiro, v. 14,n. 51, p. 173-196, abr/jun 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf>> Acesso em: 10/06/2014.